

INTRODUÇÃO

A produção de riqueza no sentido econômico é entendida a partir da capacidade que uma sociedade tem em gerar mercadorias. A divisão sistemática do trabalho é um dos principais fatores dessa produção. Pode-se considerar o capitalismo como um ponto da história em que se manifesta de forma bastante desenvolvida a racionalidade que se emprega nos fatores de produção, para dinamizar as quantidades produzidas Smith (1996, p. 73).

Smith apresenta a divisão do trabalho como uma forma de gerar riqueza a partir da evolução humana, esses bens produzidos tem como objetivo o mercado, onde se dá as relações de troca. A dinâmica da produção de riquezas no contexto capitalista, criou nos conjuntos das sociedades que adotaram esse sistema produtivo, uma nova forma de relacionamento social, sustentada na divisão de classes.

É no trabalho que a exploração do homem pelo homem se manifesta no âmbito capitalista e, é a partir da distribuição e apropriação das riquezas geradas nessas relações, que surgem as transformações sociais, que conseqüentemente distanciam as classes que se confrontam nessa realidade produtiva, e, com efeito, agravam os níveis de pobreza na trajetória do contexto histórico.

Refletindo sobre o trabalho, Marx nos apresenta a divisão do trabalho, não como uma invenção do capitalismo, mas, como um elemento que evolui ao longo das relações sociais. Ele apresenta a divisão social do trabalho como um dos principais fatores que se desenvolveu e potencializou a produção de riquezas, apresenta a família como um elemento presente na estrutura social, que sofre de forma direta as conseqüências das relações de distribuição das riquezas, que são produzidos pelo trabalho.

A riqueza e a pobreza social são resultados das relações de troca dos fatores que são produzidos pelo trabalho. No modo capitalista de produção, a riqueza e a pobreza apresentam características e conceitos próprios. Neste trabalho este tema é discutido por autores como Smith, Ricardo e Marx, que trazem um discurso que ao longo do tempo é desenvolvido conforme interpretações que identificaram as reestruturações deste modo produtivo de riquezas.

Os discursos que trata da riqueza e da pobreza ganham também atenção por autores contemporâneos que dão continuidade aos estudos destes temas, mesmo quando analisados de forma isolada um do outro. O tema riqueza e pobreza se desenvolvem a partir da identificação de variáveis que são potencializadas neste modo de produção capitalista revelam a desigualdade nas relações de troca no mercado de riquezas, como um dos pontos de partida para se entender as distorções sociais.

O problema apresentado no estudo se direciona para a verificação da contribuição que a análise teórica que origina da realidade promove no esclarecimento das causas que resultam o contexto histórico social, envolvendo questões relativas às distorções sociais movidas pela riqueza e pela pobreza no modo de produção capitalista. A pesquisa tem como objetivo geral realizar uma pesquisa bibliográfica a partir de Smith, Ricardo e Marx, buscando entender no estudo teórico a relação existente entre riqueza e pobreza no capitalismo, e compreender nos tempos atuais a evolução destas teses a partir de autores contemporâneos que refletiram este tema, ainda que de forma indireta.

Deduz-se como hipótese que os estudos teóricos não só contribuem no entendimento que elucida problemas relativos à riqueza e a pobreza, como existe uma evolução na compreensão desse assunto, movidos por análises econômicas que ao longo do tempo se desenvolveram.

A pesquisa que busca elucidar a hipótese proposta é realizada num plano teórico, tomando um conjunto de autores que apresentaram conhecimentos a respeito da pobreza e da riqueza, e que, de uma forma ou de outra produziram em suas análises, reflexões teóricas da realidade, movidas pelas transformações históricas que ocorrem no período capitalista. Seguindo uma ordem alfabética, os autores pesquisados foram; Adam Smith, Alfred Marshal, Celso Furtado, David Ricardo, Eduardo Galeano, John Kenneth Galbraith, John Maynard Keynes, José Paulo Netto, Karl Marx, Michel Chossudovsky, Maurice Dobb, Pierre Salama e Blandine Destremau.

A produção de riqueza e de pobreza é analisada no primeiro capítulo a partir de um confronto ideológico e evolutivo que revela conceitos e causas do tema riqueza e pobreza ao passo que as variáveis do capitalismo são comentadas por Smith, Ricardo e Marx. Ainda no primeiro capítulo a partir desses autores, é realizado um estudo a respeito da transformação da

riqueza em poder monetário e a dinamização das relações de mercado a partir deste fator, influenciando o contexto social.

Uma observação ao primeiro capítulo é que o fato de se resumir as estes três autores a análise da riqueza e da pobreza, não despreza a contribuição de teóricos como Say, Malthus, Mill e outros tantos autores que se preocuparam com este assunto. Entende-se nesta pesquisa que os trabalhos de Smith, Ricardo e Marx, transmitem uma reflexão que é suficiente para se entender a realidade produtiva do capitalismo, e que concomitantemente elucida as questões teóricas relativas a riqueza e a pobreza, para que se possa a partir delas e desenvolver o trabalho.

O segundo capítulo apresenta uma pesquisa bibliográfica a respeito das transformações históricas que geraram mudanças na ideologia da produção capitalista movida pelo *laissez faire*, para o pensamento Keynesiano e a influência do Estado. Neste contexto, busca-se a visão de Galbraith que com um estudo realizado a respeito da crescente participação do Estado na produção industrial dos Estados Unidos, reflete o desenvolvimento desta realidade contemporânea que se intensificou após a Segunda Guerra mundial. Em seguida é apresentado o discurso de Friedman na defesa do capitalismo com um pensamento neoliberal. Salama e Destremau são dois estudiosos que apresentam um estudo sobre a pobreza e a riqueza de forma direta, estabelecendo conceitos relativos e subjetivos da riqueza e da pobreza.

No terceiro capítulo realiza-se uma pesquisa do processo histórico em que foi inserida as Américas Central e Sul no processo de produção e consumo das riquezas no capitalismo, a partir das formas de exploração e os resultados sociais contemporâneos relativos à riqueza e a pobreza social, influenciados pela forma em que se iniciou a produção capitalista nestes continentes.

Finalizando o conjunto das pesquisas que foram realizadas a partir de estudos bibliográficos, são feitas as considerações finais, em que se admite não apenas uma contribuição do conhecimento teórico na compreensão das causas da riqueza e da pobreza, como confirma a hipótese de que o contexto ideológico se manifesta e evolui com as transformações históricas, produzindo conhecimentos e ao mesmo tempo sofrendo mutações que influenciam no contexto social e na composição das relações conflitantes da riqueza e da pobreza, nos cenários estudados.

1. A RIQUEZA E A POBREZA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.

1.1. A produção de riqueza no capitalismo.

Quando se inicia um trabalho a respeito da riqueza do homem em um determinado período, torna-se necessário explicar a que tipo de riqueza se refere, uma vez que tal expressão possui interpretações diversas. Este estudo parte de forma específica dos conceitos que são atribuídos ao termo riqueza no sentido econômico, em que é produzida pelo trabalho do homem de forma inteligente, para sua sobrevivência e de sua espécie. O capitalismo na visão de autores como Adam Smith, é o período da história em que se administram de forma eficiente as maneiras de ganho com o trabalho na produção de riquezas, como mostra o trecho abaixo:

Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta riqueza geral a que dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra. (SMITH, 1996.p.73)

O autor chama a atenção no texto ao que ele define como uma inclinação ao trabalho que o homem possui naturalmente, e que se desenvolveu ao longo da história humana. A divisão do trabalho é para Smith um dos pontos principais da evolução do trabalho, que se refletirá no aumento da produção de riquezas. Quando estuda a divisão do trabalho, ele atribui à organização administrativa no setor produtivo, como o fator que gera a riqueza econômica, afirma Smith:

é a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios – multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho – que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até as camadas mais baixas do povo. (1996, p. 70).

Smith entende a riqueza como um conjunto de produções, resultado da racionalidade humana na ação do trabalho. Pode-se observar também que o autor fala dos ganhos sociais dessa riqueza produzida. Ele atribui que a boa administração se reflete na distribuição desta riqueza, influenciando o contexto social, atingindo as classes mais pobres da sociedade.

Com o desenvolvimento do capitalismo e das relações de trocas movidas pela riqueza, admite-se os fatores produtivos e o comércio, como essenciais também, para prover a abundância material em uma sociedade.

Este desenvolvimento foi apresentado por Ricardo, que identificou isto como uma avanço do capitalismo, capaz de aumentar a produção da riqueza, a partir da evolução dos fatores produtivos e da dinamização das relações comerciais.

Com a invenção das máquinas, os aperfeiçoamentos da habilidade manual, a melhor divisão do trabalho, ou a descoberta de novos mercados onde possam ser feitas trocas mais vantajosas, um milhão de homens pode produzir, em dada situação da sociedade, o dobro ou o triplo da quantidade de riquezas e do que é “necessário, útil e agradável” do que eles produziam em outras circunstâncias. (1982, p.189)

Neste contexto, a partir da evolução histórica do processo de produção, o autor define a riqueza como um resultado de uma coletividade de elementos, que combinados interferem na relação produtiva, fato que corresponde no aumento expressivo da produção e das condições de troca.

Na sociedade capitalista, como a questão da riqueza está ligada à questão produtiva, isso envolve uma combinação da divisão do trabalho e dos fatores tecnológicos, afirma Ricardo:

[...], aumentando constantemente a facilidade da produção, reduzimos constantemente o valor de algumas mercadorias antes produzidas, embora por esse mesmo processo, não só se aumenta a riqueza nacional como a futura capacidade de produção (1982, p. 189).

Sendo assim, quanto mais mercadorias forem produzidas para o comércio, onde elas têm melhores possibilidades de troca, mais abundante em bens será a sociedade capitalista, ou seja, mais rica.

De acordo com as idéias dos autores que foram apresentados, pode-se perceber a importância do trabalho na produção de mercadorias. Com isso, pode-se perceber que o trabalho é uma variável fundamental para se entender o contexto da riqueza, e este fato foi observado por vários autores após Ricardo e Smith, e que se preocuparam em investigar sobre isto.

Marx também apresenta o trabalho sistematizado de forma racional como uma manifestação de inteligência somente presente no homem, como mostra o texto:

Pode distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo o que se queira. No entanto, eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse salto é condicionado por sua constituição corporal. Ao produzirem seus meios de

existência, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (MARX, 2006, p.44).

Ao garantir a perpetuação da sua espécie produzindo seus meios de existência, o homem também se desenvolve no seu modo de vida a partir de um acúmulo material e de experiências ao longo do tempo. A divisão do trabalho e a distribuição das riquezas produzidas são também pontos que Marx chama a atenção nas relações sociais, como elementos importantes na formação da sociedade, como mostra ao texto:

A divisão do trabalho, na qual estão dadas todas essas contradições e que repousa, por seu turno, na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias que se opõe entre si, envolve ao mesmo tempo a distribuição, e, com efeito, a distribuição desigual, quantitativa e qualitativamente, do trabalho como de seus produtos (MARX, 2006. P. 59).

Com base em Marx, entende-se que a riqueza e a pobreza de uma sociedade são frutos dessa dinâmica humana do trabalho e da apropriação da produção, no desenvolvimento das relações sociais.

No modo de produção capitalista, período em que estamos estudando, encontra-se o trabalho humano em um estágio avançado, quando se leva em conta os ganhos de produtividade. A riqueza é explicada pela capacidade que uma nação tem de aumentar a produção de riquezas e consumir, como explica Marx abaixo:

O valor-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja o valor social dela. [...] os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca. (MARX, 2004, p. 58).

Ao produzir mercadorias a partir do trabalho, os homens produzem também, a riqueza que é capaz de aproximá-los conforme seus interesses, numa relação comercial de troca. É nessa dinâmica das relações sociais que envolvem todo um contexto de desenvolvimento histórico e produtivo bem próprio do capitalismo nas relações de produção e consumo. Com isso, temos nas mercadorias o elemento essencial do valor, que é o trabalho materializado.

Para Marx (2005, p.61) “o que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo socialmente necessário para a produção de um valor de uso”. Nestas duas últimas citações que recorreremos a Marx, duas

coisas chamam a nossa atenção, a riqueza e o valor. Como o termo valor foi esclarecido, cabe agora definir a riqueza, que é um dos objetivos deste trabalho.

Segundo Marx (2004, p. 57) “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza”. Nessa forma de sociedade que Marx se refere, os mercados estão desenvolvidos, e a riqueza está ligada à questão da produtividade resultada de fatores tecnológicos e administrativos que potencializa o trabalho, como foi visto nas citações de Ricardo e Smith.

Na sociedade capitalista as relações de comércio estão ligadas diretamente à questão produtiva, sendo este fator, quando bem desenvolvido, o determinante da capacidade de um país gerar riquezas. A acumulação da riqueza aumenta na proporção que diminui a quantidade de força de trabalho necessária, para produzir a mesma massa de valores, devido o desenvolvimento tecnológico que potencializa a produção.

Porém, se o valor é algo inerente ao trabalho, entende-se neste contexto uma inversão nas forças que se confrontam na sociedade capitalista. Por um lado aumenta-se a riqueza social em termos de quantidade produzida, mas, por outro lado reduz a necessidade da força de trabalho. Na verdade essa contradição não explica totalmente o grande problema que é a produção de pobreza da classe trabalhadora, no modo de produção capitalista, mas, desperta neste estudo, uma atenção do caminho inverso dessas duas variáveis no processo histórico social, que os estudiosos que neste item foram apresentados perceberam, e construíram conhecimentos ao longo da história econômica.

1.2. A riqueza e a pobreza na estrutura do capitalismo.

No modo de produção capitalista a riqueza é conceituada a partir da quantidade de bens produzidos com valor – de – troca no comércio. O trabalho racional do homem tem um papel fundamental na construção dessa abundância material. O salário passa ser a recompensa da construção dessa riqueza produzida pelo trabalho, é o que podemos entender com Smith:

O homem sempre precisa viver de seu trabalho, e seu salário deve ser suficiente, no mínimo, para a sua manutenção. Esses salários devem constituir-se em algo mais, na maioria das vezes; de outra forma seria impossível para ele sustentar a sua família e os trabalhadores não poderiam ir além da primeira geração. (SMITH, 1996, p. 120)

Quando Smith apresenta o salário como uma forma de manter a classe trabalhadora pelo trabalho realizado na produção de riquezas, nos mostra também no texto que segue, como distinguir a pobreza da riqueza de um homem, na participação de consumo na sociedade. Pois, quanto mais rico o homem, mais bens produzidos poderá consumir.

Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. Todavia, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu trabalho. A maior parte dele deverá ser atendida com produto do trabalho de outros, e o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que estar em condições de encomendar ou comprar (SMITH, 1996, p.87).

Encontramos em Smith, um conceito de riqueza ou pobreza relacionada ao consumo e uso dos bens pelos indivíduos. Neste sentido é a qualidade e a quantidade de bens que se pode consumir conforme as normas do mercado, que mede a pobreza ou a riqueza de um homem no capitalismo. Observa-se também, a condição de consumo do trabalhador determinada pela quantidade de bens que o salário pode comprar o que faz desta renda a sua única fonte de consumir. Entende-se que o trabalho é sempre uma condição de sobrevivência do homem, mas a riqueza produzida pelo trabalhador poderá limitar-se em garantir para ele somente o mínimo para sua reprodução familiar.

Outro ponto importante é que a sociedade capitalista é formada por um mercado de trabalho, ou seja, existe uma multidão de desapropriados dos meios de produção que não tem emprego para garantir seus salários, esta população ganha um destaque na reflexão de Marx na continuação deste trabalho.

Ao comparar a forma que Marx descreve a participação do trabalhador, no modo de produção capitalista com a de Smith, Marx de maneira diferente, apresenta a classe trabalhadora em função de um contexto histórico próprio do capitalismo. Ou seja, quando o indivíduo não detém os meios de produção, o trabalho assalariado é o único meio de garantir o consumo de produtos para sua subsistência, o salário é a parte do trabalho produzido que possibilita isso como mostra o texto:

Em relação ao indivíduo isolado, a distribuição aparece naturalmente como uma lei social, que condiciona sua posição no interior da produção. Originalmente, não tem nem capital nem propriedade de terra. Logo ao nascer é constrangido ao trabalho assalariado pela distribuição social. Mas o próprio fato de ser constrangido ao trabalho assalariado é um resultado da existência

do capital e da propriedade fundiária com os agentes de produção. (MARX, 1982, p.11)

A partir desse texto de Marx, entendemos o modo de produção capitalista dividido em duas classes que são determinadas por fatores históricos, de um lado os proprietários dos meios de produção, que tem o lucro como renda, e do outro, os que possuem somente a força de trabalho, os trabalhadores. O salário é uma renda, que nada tem de natural, quando seu preço está abaixo das condições necessárias de sobrevivência. Assim, as causas da pobreza não encontram explicações nos fatores naturais da vida econômica, é sim, consequência de um contexto histórico da dinâmica capitalista, como ele afirma no texto:

A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é, evidentemente, o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antiga formações da produção social (MARX, 1982, p.199).

O texto faz referência à história em que está inserido o desenvolvimento do capitalismo, a partir da formação de duas classes, que confrontam numa realidade de características distintas de qualquer outro período da história, construindo assim, a vida do homem moderno com base nas relações econômicas. A riqueza e a pobreza, não são frutos do destino, mas, uma consequência da estrutura em que foi montada e que sustenta o modo de produção capitalista. A forma de produção e distribuição das riquezas materiais são partes fundamentais dos conflitos, que produziram o distanciamento das classes envolvidas.

O salário passa a ser o meio em que o trabalhador participa na dinâmica da distribuição produtiva, e isso, permite sua ação na sociedade como um agente consumidor. As condições de produzir e consumir bens materiais molda o homem à sua realidade. Diante disso, podemos entender que nem sempre o salário atende de fato à necessidade de consumir as riquezas produzidas e, cria um padrão mínimo de consumo para a classe trabalhadora, todavia, nem esse mínimo consumo, muitas vezes pode ser realizado.

Para Marx (1982, p. 9) “a produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente. Logo, a produção cria o consumidor”. O que buscamos mostrar, é que na sociedade o homem desenvolve hábitos de consumo para desenvolver cada vez mais, a sua capacidade de produção em sua classe social, acompanhando as transformações históricas. Os reflexos da

pobreza podem ser percebidos nas gerações de trabalhadores, quando elas são privadas de realizarem o consumo básico para a sobrevivência.

Mas na dinâmica capitalista, a necessidade de consumo do homem nem sempre se resume na forma de repor a sua energia física pelo alimento, envolve também, uma forma de consumo, que se estende até em seu desenvolvimento intelectual. Os avanços tecnológicos podem ser um exemplo disso, quando muitos trabalhadores não conseguem se adaptar às novas invenções, devido a falta de oportunidade de acesso aos meios educacional que possibilitam o conhecimento de técnicas, tanto produtivas como de consumo do dia a dia. É o caso, de milhares de trabalhadores que não se adaptam e nem podem possuir, as novas riquezas materiais, como computadores, veículo automotivo, livros etc. e no campo do conhecimento, não tem acesso à escola de qualidade, estudar em uma universidade, ou seja, dentro de toda essa produção objetiva, que se oferece no mercado, falta-lhe a capacidade financeira e subjetiva, que condicione a habilidade intelectual, para realizar o consumo.

Nesta forma que se entende o consumo, é que se percebe a diferença entre o homem rico e o homem pobre conforme os conceitos de riqueza do indivíduo, mostrado por Smith, Ricardo e Marx. Obviamente, os proprietários do capital, os patrões, ao consumir as mercadorias e os serviços produzidos, selecionarão com poucos limites aquilo que o mercado oferece de melhor, já o trabalhador encontra limitações em seu consumo devido à escassez do tempo que é gasto no trabalho e, de sua renda que é determinada pelo salário pago no mercado de trabalho.

Segundo Ricardo (1982 p. 82) “quando o preço de mercado do trabalho é inferior ao seu preço natural, a situação dos trabalhadores torna-se miserável: sua pobreza priva-os daqueles confortos que o hábito torna absolutamente necessários”. Aqui o autor nos mostra as condições das forças de mercado, oferta e demanda de trabalho, para justificar as causas da miséria do trabalhador. Embora, o salário não seja o foco da nossa pesquisa, somente a partir dele é que podemos entender o potencial de consumo e o nível de vida de uma classe que dele depende na sociedade capitalista. E o que define seu preço é importante nesse entendimento.

Para Ricardo (1982, p. 81), “o preço natural do trabalho é aquele necessário para permitir que os trabalhadores, em geral, subsistam e perpetue sua descendência, sem aumento ou diminuição”. O fato, é que nessa visão do autor, o salário não se ajusta de acordo com os

costumes e as necessidades do trabalhador no desenvolvimento social, e sim pela oferta e demanda de trabalho.

Segundo Ricardo (1982, p. 81) “o preço de mercado de trabalho é aquele realmente pago por este, como resultado da interação natural das proporções entre a oferta e a demanda”. O que implica na nossa reflexão do texto, é a maneira em que é pensado o preço do salário no mercado de trabalho, pois isso pode torná-lo uma grande fonte de miséria da população, principalmente quando a forma salarial é direcionada para submeter à classe assalariada a leis de mercado, sem uma interferência em favor do trabalhador, por parte de uma legislação que regule os contratos trabalhistas e o desenvolvimento da classe. O fato é que Ricardo nos apresenta seu pensamento a partir de uma visão de liberdade econômica, em que prevalece o equilíbrio entre oferta e demanda no mercado de trabalho.

O que se percebe é que na literatura clássica o salário deve atingir um preço natural para que o trabalhador tenha acesso ao sustento mínimo de seus hábitos. Dessa forma, o consumo pode definir o nível de riqueza ou de pobreza do homem. Mas, para o homem trabalhador, é o mercado de trabalho que determinará se ele será pobre ou miserável, de forma que sua remuneração salarial não atende as necessidades básicas de sobrevivência. O texto da literatura ricardiana apresenta a questão da pobreza como um resultado natural de oferta e procura de trabalho. Todavia, essa visão embora correta somente para explicar a pobreza em função do equilíbrio das forças de mercado, demanda e oferta, não contempla de forma plena, aquilo que buscamos entender neste momento sobre a produção de pobreza e riqueza das classes que se confrontam no capitalismo.

Quando tomarmos os fatores históricos na gênese do capitalismo, com base na literatura marxista, podemos entender que o mercado de trabalho não é uma consequência natural da realidade de produção capitalista, mas uma formação que se originou de um processo de transformações históricas, que submeteram tanto os camponeses desapropriados de suas terras como os artesãos desempregados, a uma dependência salarial, regulada pelo mercado, que somente favoreceu na acumulação do capital. Marx nos mostra que existiu uma interferência do modo de produção capitalista, nas causas que diminuí o preço do salário conforme essa lei de oferta e demanda de trabalho.

Para Marx (2005, p.618) “ Se a oferta e a procura se equilibram, não se alterando as demais condições, cessa a oscilação dos preços. Mas então, a oferta e a procura não explicam

mais nada.” Dentro dessa crítica, Marx mostra que a economia clássica, busca nas variáveis oferta e demanda a explicação da miséria do trabalhador, ele mostra que o desequilíbrio das forças de mercado, de fato estabelece relações a respeito do preço do salário. Todavia, Ele considera essa visão superficial e mostra a partir de elementos históricos as verdadeiras causas que diminuem o valor da força de trabalho, quando apresenta fatores históricos para apontar as bases da formação do capitalismo, como causas dos resultados da miséria do trabalhador no início desse modo de produção, como mostra o texto abaixo:

A organização do processo de produção capitalista, em seu pleno desenvolvimento, quebra toda a resistência; a produção continua de uma superpopulação relativa mantém a lei de oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital e a coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalismo sobre o trabalhador (MARX 2005 , P.851).

Marx ao entrar no mérito desse assunto, vai nos trazer as causas da pobreza do trabalhador a partir de um contexto, em que foram montados os interesses de acumulação capitalistas e da dependência a que foi submetida à classe trabalhadora pelo salário, gerado de acordo a dinâmica de acumulação do capital.

Segundo Marx (2005, p. 829) “O processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O progresso constitui numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista.”. Dessa forma, para que as necessidades mínimas de consumo do trabalhador sejam atendidas, o salário se torna a única forma disponível de renda dos camponeses, dos artesãos e toda uma massa de desapropriados de meios de produção. Neste contexto, o capitalismo promove de forma estratégica sua própria demanda de trabalhadores, necessária na dinâmica de acumulação e produção de riquezas. Gera uma grande massa de desempregados que não são absorvidos pelo mercado de trabalho, desprovidos de meios de produção e consumo, servindo como reserva de mão de obra e, principalmente, como reguladores dos preços dos salários no mercado como segue no texto;

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação interminante e violenta - esse proletariado sem direitos – não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação, muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas, na maioria dos casos, por força das circunstância (MARX, 2005, P.848).

Marx apresenta a formação do capitalismo no seu contexto histórico, a partir das contradições das classes que o compõe em sua estrutura. Conforme o texto, a acumulação primitiva do modo de produção capitalista, resultou um vasto panorama de pobreza e miséria em que resultou no mercado de trabalho um excesso de oferta de mão de obra, em relação à oferta de trabalho existente.

A partir desse texto podemos entender o mercado de trabalho e a desvalorização da força de trabalho, não como um resultado natural das forças de mercado, como foi apresentado por Ricardo, mas, como resultado da própria estrutura, na dinâmica de produção e acumulação de riqueza do sistema capitalista. Pode-se entender aqui nesta trajetória histórica, que fatores que geram a riqueza na acumulação capitalista por parte do empresário, geram conseqüentemente a pobreza na classe trabalhadora e mais uma vez duas forças que se movem de forma contrária.

Neste estudo do capitalismo com base nos autores estudados podemos entender a produção da riqueza ou da pobreza da seguinte forma: Por um lado, a riqueza nacional que é medida pelo potencial produtivo da sociedade. Neste contexto envolve os padrões tecnológicos, administrativos e, sem dúvida pela acumulação de mercadorias. Por outro lado, a riqueza individual é aquela relacionada ao poder de compra da população envolvendo a questão do salário e da renda. Nesse sentido, uma nação pode ser muito rica, com uma participação expressiva na riqueza mundial devido sua produção, porém, com uma população em sua grande maioria de pobres. Podemos afirmar isto a partir do que refletimos até agora, como característica do modo de produção capitalista, devido às contradições que distanciam as duas classes que se confrontam. Dentro deste contexto podemos destacar: A oferta e a demanda de trabalho dentro do processo histórico; o aumento da riqueza e a diminuição do valor da mercadoria, levando em conta o percurso inverso que estes fatores têm no processo produtivo e; a habilidade intelectual e o consumo, levando em consideração os avanços no processo de produção que foi tema de reflexão teórica.

1.3 A transformação da riqueza em poder monetário.

Como foi estudada nos itens anteriores, a riqueza de uma nação consiste na quantidade de bens e serviços produzidos com a finalidade de serem comercializados. O nível de divisão do trabalho e tecnológico reflete nas quantidades produzidas e na qualidade dessa

produção. A capacidade de consumo de cada indivíduo será de acordo ao nível de riqueza que ele possui.

De acordo com o nosso estudo, sobre a riqueza econômica, e para Marshall (1982, p. 68) “Riqueza simplesmente deverá sempre significar só as riquezas externas.” Ou seja, os produtos que expressam valor em mercado, como foi mostrado em Smith, Ricardo e Marx. Com base nesses autores que trabalhamos aqui podemos compreender que a renda do capitalista, o salário do trabalhador, são os resultados de todo um contexto ao qual é montado a estrutura do sistema capitalista no processo histórico. A acumulação de riquezas representa também à acumulação de poder e o distanciamento das classes que se confrontam num sistema regido por leis de mercado. No mercado desenvolvido, todos os bens que possui a qualidade de riqueza, expressam um valor em dinheiro.

Nesse modo de produção, as relações de troca já se encontram de forma desenvolvida e a distribuição dos bens produzidos nas transações comerciais são facilitadas pelo uso do dinheiro. Não obstante, o instrumento monetário dinamiza a circulação da riqueza e sofre derivações diversas, deixando de exercer apenas uma função mercantil nas relações de troca, mas, também se torna objeto de ações políticas. No mercado, ocorre o fluxo de trocas de mercadorias a partir do reconhecimento do dinheiro, seja ele em qual forma assumida. Mas, a riqueza na forma de numerários, torna-se manipulável no comércio e esse fator tem uma influência que mobiliza as relações de troca. Essa lógica é mostrada por Smith:

Se o comerciante costuma achar mais fácil comprar mercadorias com dinheiro do que com outros bens, não é porque a riqueza consistiria mais no dinheiro do que nas mercadorias, mas porque o dinheiro é o instrumento de comércio reconhecido e estabelecido como tal, pelo qual prontamente se pode trocar qualquer outra coisa, sem que, porém, se possa, com presteza igual, conseguir dinheiro em troca de qualquer outra mercadoria. Além disso a maioria dos bens são mais perecíveis do que o dinheiro e, conseqüentemente, muitas vezes o comerciante pode sair perdendo muito mais guardando mercadorias do que guardando dinheiro. (SMITH, 1996, p.422).

A partir de Smith podemos ver que o dinheiro conserva uma materialidade menos perecível e cria um vínculo comercial, capaz de atrair para sua órbita elementos que compreende a dinâmica do mercado. O que é importante para nosso estudo, é entender os efeitos deste instrumento na esfera da riqueza e da pobreza das sociedades. Isso porque a busca do mercado em transformar mercadorias em dinheiro afeta todo convívio social no mundo.

Para Marx (2004, p. 158) “Ao ampliar-se a circulação de mercadorias, aumenta o poder do dinheiro, a forma de riqueza sempre disponível e absolutamente social”. Isso porque no mercado, o dinheiro quando expressa o valor da mercadoria passa ser o objeto de desejo de todos e, o centro dos interesses do mundo comercial, devido a sua função de facilitador das relações de mercado. Um instrumento que está em função do mercado e disponível, por sua forma menos perecível, como foi apresentado por Smith. Dessa forma, o possuidor do dinheiro busca acumular cada vez mais riquezas monetárias a fim de aumentar não somente seu poder de comercialização, mas também sua influência na esfera do poder social.

Segundo Marx (2004, p. 160) “O desejo de entesourar é por natureza insaciável. Do ponto de vista da qualidade ou da forma, o dinheiro não conhece fronteiras: é o representante universal da riqueza material, pois é conversível em qualquer mercadoria”. O dinheiro não se limita apenas nas fronteiras de um país, dessa forma, na magnitude que a circulação de mercadorias amplia em seu fluxo global, aumenta também as influências que o poder do dinheiro tem na ordem do mercado. Esse fato gera conseqüências que são visíveis na construção da riqueza e do aumento da pobreza dos países.

O fato é que o dinheiro não possui vida própria. No comércio o seu poder é manipulável pelo seu possuidor. Então, diante de uma realidade em que no mercado, o instrumento monetário é o centro dos desejos humanos, a moeda de aceitação geral, interfere com grande poder nas transformações sociais das classes existentes. A concentração de renda, a exploração de mão de obra barata, as trocas desiguais e a especulação, etc. são resultados históricos que geram a acumulação no mercado, potencializado pelo uso do dinheiro.

Nesse espaço em que se desenvolvem as relações comerciais, alguns fatores favorecem a classe dos detentores dos meios de produção. Pois, como vimos em Marx, o poder do dinheiro ganha força na medida em que as mercadorias rompem as fronteiras e ganham o mercado. Neste contexto, o dinheiro possibilita o acúmulo de capital nos ambientes produtivos e, a criação de um mercado financeiro na economia de um país. Isso vai gerar contradições nos conceitos e no processo de produção de riquezas, com o avanço da circulação do dinheiro, e vai agravar a situação da pobreza de uma classe em relação à outra.

Na verdade não é o objetivo deste trabalho um aprofundamento desta problemática entre o setor produtivo e o setor financeiro, o que é importante aqui, é atentar para a relação

que existe na produção de riqueza e de pobreza, como fatores ligados às relações da dinâmica do desenvolvimento capitalista e, a interferência das classes detentoras do setor produtivo, na manipulação ideológica e histórica dos resultados que determinam o domínio de uma classe sobre a outra. O dinheiro neste âmbito se torna um importante instrumento para distribuir e medir as riquezas, pois a partir dele como será mostrado nos próximos capítulos, várias interpretações a respeito da riqueza e da pobreza serão realizadas, e a este instrumento monetário, serão atribuídas muitas das conseqüências sociais capitalistas.

2. A ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE RIQUEZA E POBREZA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.

Contemplados pelo estudo do primeiro capítulo desse trabalho, que se preocupou em entender os conceitos de riqueza e pobreza a partir dos Clássicos (Smith e Ricardo) e pela literatura Marxista, podemos entender a evolução do pensamento econômico, apresentada na visão de cada autor que em épocas diferentes visualizou as transformações sociais movida por esses fatores. Neste contexto, eles interpretaram as principais variáveis as quais se sustenta o capitalismo, que subsidiou o entendimento no foco da nossa pesquisa, que é o discurso da riqueza e pobreza neste modo de produção.

A literatura contemporânea usada no estudo desse segundo capítulo se preocupará em entender a realidade social movida pelo setor produtivo, levando em conta as variáveis que sinalizam os efeitos tanto da riqueza como da pobreza já posta pelos Clássicos, e discutirá as possíveis evoluções nas idéias contemporâneas, que enriqueceu o entendimento dos conceitos de riqueza e pobreza, postos no primeiro capítulo de nossa pesquisa.

O estudo da riqueza e da pobreza na realidade contemporânea, tem fundamentos a partir dos conceitos clássicos, ou seja, tem suas raízes nas definições dos autores que foram trabalhados no primeiro capítulo, porém com uma característica bem própria do período industrial moderno onde se desenvolve a realidade.

Marshall vai fazer uma ponte entre os autores do primeiro capítulo e os contemporâneos que interpretaram a riqueza e a pobreza no capitalismo. Keynes faz uma crítica ao mercado especulativo nas transferências de riqueza sob a ordem econômica do laissez-faire e a responsabilidade do Estado na questão da pobreza e da riqueza.

Uma rápida passagem em Dobb apresenta que após a Segunda Guerra Mundial aumenta a presença do Estado na economia. Galbraith faz uma análise da produção de riqueza nos Estados Unidos a partir desta tendência de aumento da interferência do Estado na economia. Friedman vai apresentar uma defesa ao capitalismo na produção de riqueza e na distribuição da renda a partir de uma visão superficial das questões relativas a riqueza e a pobreza, sugeridas neste trabalho, todavia com uma importância para apresentar a realidade produtiva norte-americana. Salama e Dstremau vão mostrar as interpretações da riqueza e da pobreza no cenário social moderno a partir da evolução desses estudos.

2.1 A participação do Estado no contexto social.

Tratando-se de riqueza no capitalismo, a renda que é produzida se torna um ponto central dos questionamentos que envolvem a pobreza. Ora, a lógica do capitalismo como foi apresentado no primeiro capítulo, chama a atenção para algumas variáveis que o sustenta. A natureza, o trabalho do homem e o capital, estes são elementos que promovem a riqueza, como destaca abaixo Marshall:

Os agentes de produção classificam-se, comumente, em terra, trabalho e capital. Por terra se entende a matéria e as forças que a natureza oferece livremente para ajudar o homem, em terra e água, em ar e luz e calor. Trabalho é o esforço econômico do homem, seja com a mão ou com o cérebro. Por capital se entende toda a provisão acumulada para a produção de bens materiais, e para a obtenção desses benefícios que são comumente computados como parte da renda. É a quantidade de riqueza acumulada considerada antes como um agente de produção que como fonte de satisfação. (1982, p. 135)

Essa afirmação conduz o discurso da distribuição de renda com os olhares voltados para esse ponto de partida da produção de riqueza. Marshall apresenta que os agentes produtivos são os sustentáculos da acumulação capitalista. Os instrumentos de produção existem a partir da retenção de parte da renda que é destinada para a acumulação tecnológica, definindo assim um dos fundamentos básico da acumulação capitalista.

A renda e a riqueza têm o mesmo sentido com a aceitação do dinheiro como um meio dinâmico nas relações de troca. Esse assunto foi discutido no primeiro capítulo em que mostrou essa transformação da riqueza material em poder monetário. Desta forma, a distribuição de renda sugere que parte da riqueza produzida seja retida na acumulação do capital e, os trabalhadores, recebam parte desta renda gerada em forma de dinheiro como demonstra Marshall no texto abaixo:

Mas, com o desenvolvimento de uma economia monetária a tendência tem sido no sentido de restringir a noção de renda aos ingressos em dinheiro, neles incluídos “os pagamentos em espécie” (moradia gratuita, gratuidade de combustível, gás, água), que figuram como parte da remuneração de um empregado em lugar do pagamento em dinheiro. (1982, p.79)

Não há novidade em relação ao primeiro capítulo, mas, o texto acima chama a atenção da importância do entendimento do desenvolvimento das relações monetárias e o suporte que é dado ao trabalhador para que a qualidade de vida dele seja um resultado dessa relação na produção de riquezas, de forma que a distribuição da renda seja realizada tanto em forma de salário, como em outros bens de necessidade primária analisados monetariamente.

Este texto, também mostra o domínio das relações monetárias como um desenvolvimento das relações de troca, em que submete estas relações ao mercado.

No discurso contemporâneo o Estado assumiu um papel bastante intenso nessa questão da distribuição de riqueza. Keynes admite a importância da mão do poder estatal na condução da distribuição de riquezas, ao entender o desenvolvimento e a influência das questões monetárias na sociedade. Este autor defendia o gerenciamento do Estado na distribuição da riqueza que era gerada na sociedade, como mostra o texto abaixo:

Acima de tudo - creio eu - não é seguro, nem justo, combinar a organização social desenvolvida durante o século XIX (e ainda mantida) com uma política de laissez-faire em relação ao valor do dinheiro. Não é verdade que nossos arranjos anteriores tenham funcionado bem. Se quisermos continuar dirigindo aos “investimentos” a poupança voluntária da comunidade, devemos eleger, como objetivo primário de deliberada política estatal, que o padrão de valor em termos do qual ela deva expressar-se seja mantido estável; e ajustar, de outras formas (calculadas para atingir todas as formas de riqueza igualmente, e não concentrada no relativamente indefesos “investidores”), a distribuição da riqueza nacional, se, ao longo do tempo, as leis da herança e a taxa de acumulação tiverem drenado uma proporção demasiadamente grande dos rendimento das classes ativas para o controle das inativas (KEYNES, 1976, p. 15).

Dois pontos interessantes no texto chamam a atenção para o foco de nossa pesquisa, um deles é a questão da defesa que Keynes faz a interferência do Estado na condução da economia moderna, criticando os grandes ganhos especulativos que desestabilizam a distribuição de riquezas. O outro ponto é o grande poder que o dinheiro exerce na sociedade, quando reconhecido como penhor de riqueza, neste contexto em que o setor financeiro se desenvolve.

Isso se confirma com o desenvolvimento da ciência econômico, em que, passa-se a entender maiores relações do dinheiro com as transformações sociais a partir da macroeconomia. O fato, é que o dinheiro deixa de ser observado apenas como algo em que as mercadorias expressam valor ou preço, e passa a ser entendido como um instrumento manipulável pelo Estado, influenciando de forma direta e indireta nos resultados da riqueza e da pobreza no âmbito social como afirma Keynes:

Assim, uma alteração nos preços e nos ganhos, medida em dinheiro, geralmente afeta diferentes classes desigualmente, transfere riqueza de uma para outra, produz aqui a opulência e ali a necessidade, e redistribui os favores da fortuna de tal forma que se frustra os desígnio e se desaponta a esperança. (1976, p.10).

O Estado ao defender os interesses influenciados por classes da sociedade, transforma o instrumento monetário em um importante meio de transferência da riqueza social. Com a desvalorização ou a valorização da moeda, as taxas de inflação e deflação assumem um papel no nível de consumo e nas decisões financeiras da sociedade, onde se manifestam as reações por interferência monetária. Os resultados da riqueza e da pobreza no âmbito social são conseqüências dessas ações macroeconômicas.

O dinheiro se torna um instrumento manipulável conforme interesse de classes, que transfere riqueza a partir da desvalorização da moeda, segundo Keynes (1976, p. 12) “essa progressiva deterioração do valor da moeda, através da história não é um acidente, tendo atrás de si duas grandes forças motrizes – a impecuniosidade dos governos e a superior influência política da classe devedora.” Busca-se entender neste estudo o processo que resulta na formação de classes ricas e pobres na sociedade, a partir da dinâmica que foi gerada no contexto do capitalismo, Keynes vem fortalecer esse entendimento a partir de seu estudo monetário, quando apresenta o resultado histórico, como fator da manipulação do homem nos instrumentos financeiros de forma que influencia no distanciamento destas classes sociais e o Estado tem uma grande participação no contexto social do capitalismo moderno.

A partir da Segunda Guerra Mundial, os autores contemporâneos se manifestam entendendo o contexto social visualizando o aumento da participação do Estado nas decisões da economia política e na construção da realidade social, como demonstra Dobb (1988, p. 276) “a Segunda Guerra Mundial e o período que se lhe seguiu, no entanto, testemunharam uma extensão bastante grande das funções econômicas do Estado”. É a partir dessa visão da interferência do Estado na economia que autores contemporâneos se manifestam sobre a relação pobreza e riqueza como algo que está ligado ao Estado.

O Estado se torna o responsável em parte pelos resultados sociais e o principal foco de críticas das desigualdades de classes no âmbito produtivo. Por um lado aqueles que defendem a interferência estatal se confrontam com os defensores do *laissez-faire*, contudo a questão da riqueza e da pobreza se torna resultado dessas divisões ideológicas e produtivas, que se somam na sociedade capitalista moderna e nesta questão o Governo tem uma ampla influência.

Dos três itens seguintes que vão discutir a riqueza e a pobreza, os dois primeiros apresentam dois autores que expressão esta divisão do pensamento moderno de produção e

por último um estudo dos novos conceitos de riqueza e pobreza, que fortalecerá a análise e apresentará o cenário norte-americano em que se confrontam duas concepções contemporâneas de produção capitalista.

2.2 A visão contemporânea de Galbraith da interferência do Estado dos novos princípios ideológicos da modernização da produção de riquezas.

Galbraith (1982, p.16) interpretando a realidade do setor produtivo dos Estados Unidos nos tempos modernos, apresentou o desenvolvimento do capitalismo nas empresas com grande poder de capital, a partir do avanço tecnológico e do planejamento. Isso para o autor foi um acontecimento fundamental, que potencializou a produção de riquezas e interferiu de forma relevante na esfera social.

Com o processo de desenvolvimento tecnológico cada vez mais avançado, o trabalho humano se torna mais produtivo, porém, se exige do trabalhador, uma adaptação aos instrumentos utilizados na produção da riqueza. Neste período é apresentado um novo perfil do trabalhador, que com suas habilidades intelectuais é capaz de atender as necessidades do setor produtivo que cada vez mais busca potencializar o poder de gerar e acumular riquezas.

Aqui, torna-se importante o envolvimento do Estado no processo de planejamento da economia, promovendo tanto condições para a produção no investimento em educação, saúde, segurança, como também criar uma estabilidade econômica. Para Galbraith (1982, p.16) “A tecnologia e as necessidades de capital e tempo a ela ligadas conduzem ainda mais diretamente a regulação da demanda pelo Estado”. Nesse contexto produtivo atual, de acordo com o autor, torna-se importante o papel do Estado como articulador nas decisões de investimento na sociedade, em que se promovem condições favoráveis para a produção, para a distribuição e para o consumo.

Esta influência do Estado é uma realidade dos tempos modernos que segundo Galbraith (1982, p.14) “Os serviços federais, estaduais, e municipais representam agora aproximadamente entre 1/5 e 1/4 (em 1976, 22%) de toda a atividade econômica. Em 1929, eram cerca de 8%.” É interessante entendermos esse destaque da participação do Estado, como uma tendência crescente, porque o planejamento se torna um princípio fundamental nas decisões de investimentos das empresas. Isso requer produzir sem o risco de recessões agudas que gere prejuízos ao acúmulo de capital.

As multinacionais têm uma influência relevante no contexto social, são vistas na visão de Galbraith (1982, p.119) como um modelo inovador, tem em sua forma administrativa, objetivos comuns aos das empresas tradicionais, de pequeno ou médio porte, que é a maximização de lucros etc. Porém, com algumas diferenças que segundo o autor vai caracterizar o seu perfil, são elas: influenciar nas decisões do Estado, em questões de investimentos, subsídios, no câmbio etc; dissociar o poder de decisões administrativa da empresa; criar uma nova exigência de força de trabalho, o trabalho especializado; controle dos mercados, monopólio de compra de matéria prima e de oferta de mercadorias produzidas.

Em relação à renda do trabalhador, Galbraith entende que na sociedade o consumo está em função dela, e isto gera uma dinâmica no mercado que mobiliza as empresas a produzir, como afirma no texto:

Um homem que vive quase a margem da subsistência tem que gastar para existir e o que gasta está gasto. Um homem com ampla renda pode economizar e não há garantia de que o que economiza será contrabalançado pelo dispêndio ou investimento de outros. Além disso, uma sociedade rica deve a sua produtividade e renda, pelo menos em parte, à organização em grande escala – à empresa. (GALBRAITH,1982,p.16)

A citação refere-se à condição de consumo que é imposta ao indivíduo de baixa renda, que primeiro busca sua subsistência consumindo aquilo que é básico em sua vida. Todavia, o que seria interessante para o setor produtivo predominante, é ter na sociedade um indivíduo com uma renda que lhe proporcione condições de realizar um consumo além daquele que é necessário para a sobrevivência.

Segundo o autor, pode-se entender que isso seria possível com o desenvolvimento produtivo gerando um padrão de renda elevado, lucros e salários, fator que promoveria a riqueza na sociedade e que seria expressada no consumo. Isso vai gerar um consumo subjetivo e independente daquele que remete a necessidade de sobrevivência.

O fim do poder centralizado da empresa nas mãos de um presidente vai acontecer a partir do que o autor vai chamar de amadurecimento da empresa, em que ela deixa de ser dirigida por um grande acionista, que dita de cima para baixo. Esse poder passa então a ser coordenado por um grupo de administradores, a alta administração. Neste contexto os acionistas não têm nenhuma identificação com a empresa, sua única ligação são os ganhos pecuniários que suas ações vão garantir. (GALBRAITH,1982, p. 117)

É importante entender aqui que, com essa descentralização do poder na empresa amadurecida, o mercado de trabalho vai ser dividido em dois grupos de trabalhadores; o trabalhador de produção de montagem que sofre interferência dos sindicatos, aquele que segundo o autor, ao longo da história é substituível por instrumentos tecnológicos, e que é menos importante na empresa. Todavia, é necessário que ele se identifique com a organização. E tem aquele trabalhador que é resultado de um planejamento que o autor chama de tecnoestrutura, que ocupa os cargos de relevância na empresa e são os mais importantes, que vão influenciar nas decisões administrativas da empresa (GALBRAITH, 1982, p. 119).

É neste contexto que Galbraith ao apresentar a nova característica do mercado de trabalho, retoma a divisão do trabalho, com os mesmos princípios da visão clássica, que é potencializar a produção de riqueza, como mostra o texto abaixo:

Tecnologia significa a aplicação sistemática do conhecimento científico ou outro conhecimento organizado a tarefas práticas. Sua consequência mais importante, pelo menos para fins de ordem econômica, é forçar a divisão e subdivisão de qualquer dessas tarefas e entrar em suas partes componentes. Assim, e somente assim, pode o conhecimento organizado forçar-lhes o desempenho (GALBRAITH, 1982, p.22).

O autor observa que a divisão sistemática do trabalho ainda é um preceito primordial dos tempos modernos, que busca de forma bem própria dos tempos contemporâneos, um ganho de produtividade de forma dinamizada na exploração do conhecimento especializado do trabalhador.

O autor vai mostrar a necessidade empresarial, de um trabalhador que acompanhe o desenvolvimento tecnológico para o mercado de trabalho. O trabalhador exigido pelo mercado moderno, é fruto de um planejamento que tem o objetivo de prepará-lo, com uma habilidade intelectual, que será somada a outras, formando grupos de profissionais especializados voltados a um objetivo: aumentar a produtividade a partir de instrumentos tecnológicos avançados, como se pode observar no texto que segue:

A verdadeira realização da ciência e tecnologia modernas consiste em tomar homens comuns, e formá-los minuciosamente e profundamente e, depois, por meio da organização apropriada, dispô-los para reunir seus conhecimentos com o de outros homens especializados, mas igualmente comum (GALBRAITH, 1982, p.58).

Como foi observado no texto acima, o setor produtivo vai ter a necessidade de trabalhadores que possam criar e manipular instrumentos produtivos, que evoluem a partir do

desenvolvimento tecnológico e científico. Assim, ainda permanece a necessidade de trabalho em grupos de pessoas com conhecimentos que são combinados e direcionados para dinamizar o processo de produção. Um dos fatores que vai influenciar na dinamização produtiva é o nível intelectual do trabalhador, isso pode ser observado no texto abaixo:

Por conseguinte, uma parte do país com alta taxa de adaptação às necessidades do sistema de planejamento, isto é, com um bom sistema educacional e uma força de trabalho bem qualificada, atrairá indústrias e apresentará um bom aspecto de bem-estar. (GALBRAITH, 1982, p.182)

A educação para Galbraith é um dos propósitos essenciais do planejamento, pois qualifica o trabalho e gera um conjunto de intelectuais que são absorvidos pelas empresas que dominam o mercado, fator que gera riqueza social, descrita como bem-estar.

Uma outra reflexão aqui, é que podemos observar que o limite da sobrevivência é entendido como pobreza, ou seja, o consumo extremamente limitado vai acontecer na sociedade pobre em que a economia não possui um planejamento, que priorize as necessidades de produção organizada da empresa moderna como afirma Galbraith:

A iniciativa de decidir o que se deve produzir não vem do consumidor soberano que, através do mercado, expede instruções que sujeitam o mecanismo de produção à sua vontade final; antes, vem da grande empresa produtora que se adianta para controlar os mercados que, presume-se, ela deve servir e, mais ainda, para submeter o freguês às necessidades delas. (1982, p.16)

Esse controle dos mercados é fruto de uma intervenção do Estado que em favor das grandes empresas que dominam o comércio de bens e serviços, cria uma estrutura econômica, que sinaliza a capacidade produtiva com base na capacidade de consumo, através de um planejamento que estabiliza e direciona os caminhos da economia conforme os interesses das grandes empresas.

Neste contexto, o mercado deixa de ser um regulador das decisões de investimentos e passa a ser manipulado de acordo com as necessidades das empresas em produzir. Para Galbraith (1982, p.34) “Esse controle de mercados é a contrapartida do grande tamanho da empresa de seu grande tamanho em relação a determinado mercado”. Importante entender aqui, é o poder de capital que as empresas adquirem ao longo dos tempos, com isso a grande empresa passa a ditar as formas de condução do mercado, seja na produção ou no consumo, e isso é possível com a influência do setor produtivo nas decisões de planejamento do Estado, e

da influência do Estado na economia a partir da conveniência dos grandes grupos empresariais.

Na verdade Galbraith apresenta no seu estudo uma visão de como se move a economia nos Estados Unidos, a partir do estudo que ele mostra em seu livro, O Novo Estado Industrial. Neste livro ele transmite a realidade americana no desenvolvimento produtivo, potencializado pelas inovações tecnológicas, e a influência do Estado neste contexto. Com isso o autor toma essa forma produtiva como um caminho que conduzirá a sociedade a uma estabilidade econômica que irá promover o bem estar social.

O que é interessante neste autor é a forma como ele descreve elementos que foram trabalhados no primeiro capítulo desse estudo, como o trabalho, o consumo, o mercado, tudo isso conduzido por uma interferência do Estado na produção da riqueza . Isso causa um efeito que atinge a sociedade, influenciando em sua composição, e ao mesmo tempo traz a perspectiva da produção de riqueza como resultado deste contexto social.

2.3 A liberdade econômica e a distribuição de renda na visão de Friedman.

Um outro autor contemporâneo que tomou um caminho bem diferente do de Galbraith e realizou um estudo da economia americana no período contemporâneo foi Friedman. Esse economista não só tomou um caminho diferente como apresentou um contexto social produtivo que se desencontra com algumas afirmações do seu contemporâneo Galbraith.

Friedman vai analisar a realidade social americana dos tempos contemporâneos a partir de uma visão de liberdade do mercado. Nesse ponto de vista de liberdade que ele defende, nenhum agente econômico que compõe o mercado pode influenciar de forma relevante em suas variáveis, fazendo com que elas se tornem manipuláveis nas relações de comércio. Para esse autor o espírito competitivo é o fundamento principal de equilíbrio nas relações econômicas, é o que podemos entender no trecho a seguir:

A essência de um mercado competitivo é o seu caráter impessoal. Nenhum participante pode determinar os termos em que os outros participantes terão acesso a empregos ou mercadorias. Todos consideram os preços dados pelo mercado e nenhum indivíduo pode, por si só, ter mais do que uma influência negligenciável sobre o preço – embora todos os participantes juntos determinem o preço por meio do efeito combinado de suas ações separadas (FRIEDMAN, 1977, p.107).

Friedman defende uma visão de liberdade nas relações de mercado, procurando estabelecer o seu discurso fundamentado neste contexto. O que é importante nesse autor para o estudo, é que seu discurso vai subsidiar o entendimento do foco da pesquisa, riqueza e pobreza no capitalismo na realidade contemporânea, a partir dessa linha de pensamento. No contexto da citação ele destaca três elementos essenciais na produção de riquezas; trabalho, mercadoria e preço, ou seja, da produção a distribuição.

Friedman ao defender uma sociedade livre e competitiva vai chamar a atenção às responsabilidades de ter uma economia com um mercado que é influenciado por monopólios produtivos, levando em conta o poder de influenciar na sociedade segundo interesses próprios ou gerais. O autor ressalta que há uma atenção exagerada por parte dos governos e da sociedade ao setor industrial monopolista. Ele aponta que outros setores industrializados da economia americana juntos geram mais riquezas do que os monopólios como pode ser observado abaixo:

Finalmente considera-se que a característica principal de nossa sociedade está constituída pelo seu caráter industrial. Isto leva a ênfase exagerada deste setor da economia, o qual na realidade é somente responsável por cerca de um quarto da produção ou dos empregos. E o monopólio está mais presente neste setor do que nos demais setores da economia (FRIEDMAN, 1977, p.110).

Ele sustenta uma idéia de que, enquanto o avanço tecnológico gera uma concentração produtiva no setor industrial monopolizado, nos outros setores como no comércio por atacado, geram maior competitividade e mais empregos na economia. Para Friedman isso é mais importante, pois as ações diversas e individuais vão gerar maiores benefícios sociais.

Um dos benefícios que autor vai destacar é a diminuição das desigualdades, neste sentido ele defende o capitalismo como um sistema que promove uma maior inclusão social. Segundo Friedman (1977, p.145) “ A grande contribuição do capitalismo não foi a acumulação de propriedade, foi ter dado oportunidade a homens e mulheres de estenderem e desenvolverem suas capacidades”. Podemos entender que para esse autor as oportunidades de gerar riquezas, quanto mais fragmentadas mais promovem inclusão social. O autor defende os ideais do neoliberalismo em todo contexto de seu trabalho, observa-se a partir dele que os benefícios gerados no capitalismo a partir da produção de riquezas atingem toda população em termos gerais.

Com isso ele vai nos mostrar quanto mais capitalista um país mais haverá liberdade de mercado e menos desigualdade social como mostra o trecho que segue:

Outro fato notável e contrário à concepção popular – é que o capitalismo leva a menos desigualdade do que os sistemas alternativos de organização e que o desenvolvimento do capitalismo diminuiu sensivelmente a extensão da desigualdade (FRIEDMAN, 1977, p.145).

Para o autor os resultados do capitalismo na sociedade devem ser levados em conta numa análise de longo prazo e que as oportunidades são mais concretas, como segue o texto abaixo:

A característica principal do progresso e do desenvolvimento durante o século passado foi permitir as massas utilizar produtos e serviços que eram, anteriormente, privilégio de classes altas – sem ter, de nenhuma maneira, expandido os produtos e serviços disponíveis para os ricos. Sem citar a medicina, os avanços na tecnologia, permitiram, em grande parte, que vasta parcela do povo tivesse acesso a artigos até então disponíveis, sob uma forma ou outra, aos verdadeiramente ricos. Água e esgoto, aquecimento central, automóveis, televisão, rádio- para citar somente alguns exemplos- fornecem as massas aquilo que os ricos sempre puderam desfrutar por meio da utilização de criados, artistas, etc.(FRIEDMAN, 1977, p.146)

Friedman apresenta um conjunto de bens e serviços que são derivados do desenvolvimento do processo de produção capitalista, que foi capaz de aumentar o acesso da população pobre ao consumo de riquezas diversificadas. A capacidade de consumir tais bens e serviços, é como mostra o autor, uma forma de entender o capitalismo como um modo que à medida que se desenvolve favorece as classes de baixa renda, afirma o autor:

Um sistema capitalista envolvendo pagamento de acordo com o produto pode ser, e na prática é, caracterizado por considerável desigualdade na renda e na riqueza. Este fato é frequentemente mal interpretado e considerado como demonstração de que o capitalismo e a livre empresa produzem desigualdade maior do que sistemas alternativos e que, como corolário, a extensão e o desenvolvimento do capitalismo implicou em crescente desigualdade. Tal interpretação errônea é estimulada pela característica enganadora da maior parte dos números publicados sobre a distribuição de renda, principalmente por não permitir distinguir a desigualdade a curto prazo da desigualdade a longo prazo. (FRIEDMAN, 1977, p.146)

Com este texto o autor entende que as realizações que beneficiará a sociedade serão alcançadas ao longo tempo, a partir de uma evolução nas condições de vida das sociedades capitalistas. Uma crítica que se pode fazer a Friedman é que ele não leva em consideração a distribuição de renda em relação ao crescimento produtivo de curto prazo em que se expressa

na forma de melhores salários, e se limita ao referir sobre o capitalismo no cenário dos Estados Unidos.

2.4 As formas de entender a pobreza e o contexto social dos países desenvolvidos.

Este item trata de estabelecer um paralelo entre as realidades apresentadas por Galbraith e Friedman, e a relação de como a pobreza pode ser entendida a partir do que estes autores apresentaram, quando discutiram a produção de riqueza numa perspectiva capitalista. Pierre Salama e Destremau vão realizar um trabalho que discute os resultados dessa sistemática produtiva no âmbito social, identificando o contexto da pobreza dentro de uma população que se caracteriza pelas desigualdades que são medidas a partir de elementos que definem o nível de pobreza e de riqueza no capitalismo.

Nas economias desenvolvidas como a dos Estados Unidos que foi mostrada na visão de Galbraith e Friedman, a análise da riqueza e da pobreza no âmbito social apresentam uma característica diferente em relação aos países de economias subdesenvolvidas. Isso porque em economias desenvolvidas como a americana, embora exista pobreza, a desigualdade de renda é considerada intermediária conforme a análise da CENUCED. Salama e Destremau, (1999) afirmam que o nível de vida nestes países é bem melhor para o pobre do que em economias em desenvolvimento, como segue o texto abaixo;

Por mais que, cada vez mais constatemos origens comuns para as desigualdades e a pobreza, na maior parte dos países – exceto aqueles que são os “menos desenvolvidos” -, o nível de vida dos pobres nos países desenvolvidos, mesmo sendo muito baixo, é superior ao dos pobres nos subdesenvolvidos; assim, no conjunto das nações, a pobreza se encontra, em sua maioria, nesses últimos países. (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p.23)

Uma reflexão da riqueza e da pobreza como já foi explicado anteriormente, envolve não somente uma análise objetiva como subjetiva e relativa. No contexto da citação, leva-se em conta, o rendimento médio da sociedade em questão, a concentração de renda e a subjetividade dos costumes da sociedade, que com o desenvolvimento econômico e tecnológico, acompanha as transformações sociais a partir da renda e do nível de consumo. A CENUCED (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento) tem como foco de análise a distribuição da renda nos países, levando em conta a participação da renda dos 40% mais pobres, dos 20% mais ricos e 40% das classes médias (SALAMA; DESTREMAU. 1999, p. 30).

A produção de riqueza quando apresentada por Galbraith toma uma direção oposta a de Friedman, no sentido ideológico e político. No contexto social tanto as multinacionais que dominam um determinado mercado, como o imenso mercado formado por pequenas e médias empresas, em que prevalece a concorrência, são realidades que convivem paralelas no âmbito econômico, produzindo o contexto social americano.

Os resultados dessas duas realidades juntas geram nos Estados Unidos uma população formada por pobres e ricos com características próprias. Segundo Salama e Destremau (1999, p. 30), os Estados Unidos ocupam uma posição intermediária na distribuição de renda como pode ser observado abaixo conforme os padrões de pesquisa da CENUCED:

O terceiro grupo de países onde 20% mais ricos detêm entre 40% e 50% das riquezas produzidas, comporta um número importante de países desenvolvidos, como os Estados Unidos, Irlanda, a Austrália e a Nova Zelândia, países do antigo bloco socialista e, sobretudo, países asiáticos. (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p.26).

A citação nos apresenta os Estados Unidos em um grupo de países com uma distribuição de riquezas considerada intermediária em termo de desigualdade levando em conta que nos países em que a desigualdade é mais intensa os 20% mais ricos se beneficiam de mais de 60% das riquezas (SALAMA, DESTREMAU, 1999).

Os Estados Unidos foram exemplos da nossa pesquisa neste capítulo, devido ocupar a posição de um dos países capitalista, mais ricos dos tempos contemporâneos e como foi mostrado em Galbraith, a América do Norte reuni uma estrutura produtiva que caracteriza o capitalismo moderno, a partir de seu poder tecnológico. A produção de riqueza desperta o discurso econômico que evolui conforme ideologias conflitantes, todavia, o estudo sobre a pobreza no contexto capitalista também desperta a atenção de autores como SALAMA e DESTREMAU, revelando a outra face da lógica capitalista, como pode ser observado abaixo:

A dificuldade de viver daqueles que se sentem excluído nos países desenvolvidos, não perde em nada de sua intensidade, sob o pretexto de que a pobreza seria mais forte e mais concentrada nos países subdesenvolvidos (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 22).

Como os clássicos perceberam essa dicotomia social, riqueza e pobreza, pode-se observar no primeiro capítulo deste estudo que Marx avançou nesse discurso apresentando um paralelo entre a produção de riqueza e a pobreza na sociedade mostrando os efeitos objetivos e subjetivos na realidade social. Nos tempos contemporâneos não é diferente. Na citação

acima o autor revela em termos relativos e subjetivos as dificuldades que os pobres de países considerados desenvolvidos passam. Em todo contexto estudado neste capítulo, percebe-se uma forma de comparar a realidade social gerada a partir das novas formas de produção da riqueza e a percepção da pobreza.

O PNUD como é mostrado por Salama e Destremau (1999), leva em consideração além das questões relativas à distribuição de renda, observam também os fatores que envolvem desde a liberdade do homem, às oportunidades que são garantidas na conquista de seu espaço na sociedade como demonstra o trecho abaixo:

A pobreza possui muitos rostos e vai bem além da pouca renda. Ela se refere também nas más condições de saúde e de educação, na falta de acesso ao saber e as possibilidades de educação, na falta de acesso ao saber e às possibilidades de comunicação, na impossibilidade de se exercer direitos políticos e de fazer valer os direitos da pessoa humana, na ausência de dignidade, de confiança e de respeito próprio. É preciso acrescentar a degradação do meio ambiente e o empobrecimento de países inteiros, nos quais e quase totalidade da população vive na pobreza. (PNUD, 1997 apud SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 82)

Para Salama e Destremau (1999) quando se toma outros parâmetros para observar a sociedade americana, além da distribuição de renda pode-se observar na sociedade uma boa qualidade de vida. A partir dos itens que são levados em conta pelo PNUD os Estados Unidos está entre os primeiros colocados nos indicadores como pode ser observado:

O indicador de desenvolvimento humano, ou IDH. Este indicador não se baseia em um patamar. Ele é uma medida expressa por um decimal inferior a unidade – do progresso humano (avaliado no plano mundial) e das diferentes estratégias, adotadas em escala nacional, para ascender ao bem-estar social [...]. o valor máximo possível, a unidade, é calculada em relação a objetivos a serem atingidos. Esta taxa visa, assim, a estabelecer uma escala de classificação, na qual o Canadá, a Noruega, os Estados Unidos, e a Islândia ocupam os primeiros lugares [...]. (PNUD, 1997 apud SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 83)

A forma de analisar a qualidade de vida humana que o PNUD apresenta, demonstra um grande avanço no estudo da riqueza e da pobreza, esses fatores reúnem elementos que foram abordados por Galbraith (1982) e Friedman (1977), ainda que em uma visão limitada das questões sociais. No contexto da citação apresentada por Salama e Destremau (1999), percebe-se que nessas duas realidades contraditórias o cenário da produção de riquezas nos Estados Unidos gera um resultado aceitável, em relação às condições de vida da sociedade, isto tanto analisado tendo a distribuição de renda de acordo a análise da CNUCED e com os

fatores exigidos pelo PNUD , que leva em conta elementos subjetivos na forma de avaliar o desenvolvimento humano e a pobreza.

O capítulo que segue apresentará uma outra face do capitalismo, em relação as questões de riqueza e pobreza, das que foram apresentadas na sociedade Norte americana. Tem como foco de análise a América Latina e, será feito um paralelo entre a produção de riqueza e pobreza comparada aos dos Estados Unidos. No contexto identificaremos os resultados econômicos nas sociedades Latino-americanas levando em conta a inserção de seus países no processo produtivo contemporâneo.

3 A AMÉRICA LATINA E OS EFEITOS DA PRODUÇÃO DE RIQUEZA NO SEU CONTEXTO SOCIAL.

Em dois itens do segundo capítulo foram analisados dois autores que a partir de suas linhas de pensamentos apresentaram um estudo a respeito da produção de riqueza nos Estados Unidos. Tanto a forma produtiva que Galbraith (1982) defendeu, como a forma que Friedman (1977) apresenta, não foram maneiras de gerar riquezas restrita somente ao contexto econômico Norte Americano, essas concepções internacionais de produção que esses autores manifestaram em suas obras, gerou efeitos em países como os da América Latina formando o sua realidade social econômica e, é tema de trabalho de autores contemporâneos que se preocuparam com a produção de riqueza e pobreza no capitalismo, estabelecendo uma relação de dominação do poderio Norte-americano.

Este terceiro capítulo vai tratar praticamente de uma forma de riqueza e pobreza gerada nas Américas Central e Sul, porém refletindo os resultados sociais que são gerados nas sociedades latino-americanas.

3.1 O estigma da exploração e submissão às formas produtivas norte-americanas.

A história da produção de riqueza nas Américas Central e Sul têm suas raízes numa exploração primitiva que antecede o período industrial, e tem início com a chegada dos europeus nesta terra, daqui deste solo a ação do homem europeu sobre o indígena, o negro na exploração do trabalho escravo e, sobre a natureza na busca de riquezas, se deu de forma devastadora, como destaca Galeano:

Os indígenas foram completamente exterminados nas lavagens de ouro, na terrível tarefa de revolver as areias auríferas com a metade do corpo mergulhada na água, ou lavrando os campos até a extenuação, com as costas dobradas sobre os pesados instrumentos de aragem trazidos da Espanha. Muitos indígenas da Ilha Dominicana antecipavam-se ao destino imposto por seus novos opressores brancos: matavam seus filhos e suicidavam em massa (1979, p. 26)

A citação retoma a forma primitiva da produção de riquezas na América Latina e mostra os efeitos da ação do homem branco sobre o habitante natural das terras Latino-Americanas. Os Espanhóis e os Portugueses que aqui se instalaram tinham como objetivo fazer fortunas e sustentar os luxos das metrópoles européias, transferindo riquezas exploradas nos solos latinos para seus países com base na exploração do homem sobre o homem. Embora exista uma considerável distância histórica deste período colonial ao período industrial da

América Latina. Esse fato histórico se perpetuou ao longo da história da produção de riqueza e pobreza nas partes central e sul do continente americano e a própria história do capitalismo latino-americano revela uma semelhança na inserção das Américas Central e Sul, na produção de riquezas, que teve como principal fator a submissão a economias que aqui exploraram.

O primeiro passo de inserção dos países latinos na ordem industrial que se expandia pelo mundo começa a partir da exportação de produtos primários, que são enviados para os países que possuem uma divisão do trabalho avançada nos setores produtivos e, dependem de fornecedores de matéria prima de economias não desenvolvidas economicamente no setor industrial. Esse início da participação dos países Latino-americanos no processo de produção industrial no mundo, é um embrião das desigualdades que existe atualmente entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, como afirma Furtado:

Nos países que se especializaram na exportação de produtos primários, isto é, nos países em que houve elevação de produtividade com reflexo da expansão de demanda mundial de matérias primas, a evolução das estruturas produtivas, especialmente o processo de industrialização, apresenta características particulares, cujo estudo constitui um dos aspectos mais interessantes da teoria econômica do subdesenvolvimento. (1978, p. 115)

O autor mostra uma nova forma de exploração de recursos de países que assumem um novo perfil de colônias. No caso da América Latina em que os países se especializaram na exportação de produtos primários, construiu-se uma história econômica a partir dessa forma de participação na ordem industrial. Isso gerou efeitos na sociedade, que são atribuídos a este fato. Começa-se aqui uma nova era da história dos países Latinos, na construção de uma sociedade voltada à geração de riquezas, associadas ao contexto produtivo que o mundo está inserido. Todavia, as raízes das formas de exploração que prendem as sociedades da América Central e do Sul sofrem uma metamorfose e, se adaptam as novas ideologias que regem no contexto industrial.

Isso ocorre com dependência do mercado externo e, foi um dos fatores que submeteram as economias das Américas Central e do Sul às leis internacionais. Por um lado existe a necessidade de produtos importados para o consumo interno e por outro a necessidade de uma demanda externa dos produtos primários produzidos, como pode ser observado abaixo:

Enquanto na experiência clássica a industrialização resultou da introdução de inovações nos processos produtivos, as quais, através da redução dos preços, permitiram a substituição dos produtos artesanais e a formação do próprio

mercado, no caso latino-americano o mercado formou-se como decorrência da elevação da produtividade causada pela especialização externa, sendo inicialmente abastecido mediante importações. (FURTADO, 1978, p. 116)

Nesta citação o autor apresenta a distância que se tem entre as economias em termos de produção de riquezas. Os países com um potencial de tecnologia avançada, compram as matérias primas dos países fornecedores, atrasados no processo capitalista, e comercializam seus produtos transformados com esses mesmos países. A carência tecnológica se torna um entrave ao desenvolvimento de uma indústria interna, que pudesse abastecer seus próprios mercados ainda que restritos, devido aos poucos trabalhadores que eram absorvidos pelas atividades da produção de matérias primas. O fato é que em economias como a Norte-americana já produziam mercadorias de grande exigência tecnológica e, seria quase impossível uma livre concorrência com mercados do tipo que são mostrados abaixo:

Em 16 de junho de 1903, após uns meses de preparativos que incluíram a negociação de contratos para vários componentes, formou-se a Ford Motor Company, que se destinava a fabricação de automóveis. A produção seria em qualquer quantidade que se pudesse vender. O primeiro automóvel foi posto a venda em outubro. A firma tinha um capital autorizado de 150 mil dólares. (GALBRAITH, 1982, p.21)

Observa-se que os padrões tecnológicos de economias como a americana tinham capacidade de gerar riquezas que ultrapassava a realidade econômica de países das Américas Central e do Sul, enquanto aqui ainda dava os primeiros passos para a industrialização e de forma dependente dos padrões internacionais, seja em capital, ou fatores de produção tecnológico.

As economias da América Latina sofreram de forma drástica às ações das multinacionais na busca de melhores lucros e de acumulação, a partir da submissão dos mercados de preços monopolizados. Esta lógica é sustentada para garantir o perfil predador das grandes empresas nas trocas desiguais, como mostra a citação abaixo:

Finalmente numa economia em que as unidades são grandes, as firmas podem eliminar entre si as incertezas do mercado. Fazem-no assinando contratos nos quais especificam os preços e as quantidades a serem fornecidas ou compradas durante substanciais períodos de tempos. Um contrato a longo prazo daquele granjeiro de Wisconsin para comprar fertilizantes ou para a leiteria que recebe o leite. O contrato está sujeito à capacidade do granjeiro em cumpri-lo; morte, acidente, seca, altos custos de forragem e aborto contagioso são eventos que podem sobrevir. Já um contrato com a United States Steel Corporation para fornecer lâminas de aço ou adquirir energia elétrica é extremamente seguro. Num mundo de grandes firmas, segue-se, pois, que pode haver uma matriz de contratos, pelos quais

cada uma delas elimina a incerteza do mercado para as outras e, por sua vez, lhes dá algo da sua. (GALBRAITH,1982, p.35)

O texto expressa o perfil imperialista das multinacionais e a eliminação das incertezas de mercados, remete uma série de interpretações e uma delas é a fragilidade dos mercados produtivos em cumprir contratos. O domínio dos mercados faz com que o poder das grandes empresas prevaleçam nas relações de troca. Prova disso foi o que aconteceu na década de 1950 na Venezuela em que a exploração do ferro pela US Steel Co, configurou um dos exemplos mais claros de uma inserção no mundo industrial que se deu de forma negativa, para os países exportadores de matéria prima, como os latino-americanos, na produção de riquezas. Na verdade o trecho que segue demonstra os resultados inversos dessa relação nas condições de vida do trabalhador latino-americano, como pode ser observado no texto de Galeano (1979):

A serra Bolívar, na Venezuela, é tão rica que a terra que lhe arranca a US Steel Co, é descarregada diretamente nos porões dos navios rumo aos Estados Unidos, e já exhibe em seus flancos, as profundas feridas que lhe vão infligindo os bulldozers: a empresa calcula que contém oito bilhões de dólares em ferro. Em um só ano, 1960, a US Steel e a Bethlehem Steel repartiram lucros de mais de 30% de seus capitais investidos no ferro da Venezuela, e o volume destes lucros foi igual à soma de todos os impostos pagos ao Estado Venezuelano nos dez anos transcorridos desde 1950. Como ambas as empresas vendem o ferro com destino as suas próprias usinas siderúrgicas nos Estados Unidos, não tem o menor interesse em defender os preços; ao contrário, convém que a matéria-prima seja a mais barata possível. A cotação internacional do ferro, que caíra em linha vertical entre 1958 e 1964, estabilizou-se relativamente nos anos posteriores e permanece estancada; enquanto isto, o preço do aço não parou de subir. O aço se produz nos centros ricos do mundo, e o ferro nos subúrbios pobres; o aço paga salários de “aristocracia operária” e o ferro diárias de mera subsistência (1979, p. 26).

Os resultados dessa relação das duas Américas o próprio texto se encarrega de explicar, pois a forma que a América Latina se inseriu na produção de riquezas gerou um atraso no seu contexto produtivo e refletiu no contexto social na geração de pobreza. Os contratos das grandes empresas na exploração de matérias primas seguiam regras de mercados impostas pelas multinacionais, beneficiando o país em que estava instalada a matriz, os Estados Unidos, e atrofiando o setor produtivo das nações exploradas e, submetendo a população a um nível de vida inferior ao de países como os Estados Unidos.

Constata-se a partir deste estudo um conjunto de fatores que explicam as verdadeiras causas das precárias condições de vida que descrevem a realidade das sociedades das Américas Central e Sul. Aqui neste item, destaca-se o perfil predador das multinacionais que

se sustentaram das matérias primas fornecidas por países pobres, gerando entre estas economias realidades distintas na construção da vida social da população.

3.2 A exploração e a dependência financeira.

Após a Segunda Guerra Mundial a influência do Estado na economia de países da América Latina se torna mais intenso, seguindo assim uma tendência que ocorreu nos Estados Unidos neste período, como foi mostrado no segundo capítulo. Observa-se algumas evoluções desta nova fase da produção de riquezas e uma das mais importante vai ocorrer quando os Estados assumem a exploração das matérias primas em seus solos, como mostra Furtado:

A evolução ocorrida no imediato pós-guerra realizou-se, inicialmente, em duas direções. A primeira constituiu em delimitar áreas em que se interditava a atuação de empresas estrangeiras. Assim, foi retomada a Constituição mexicana, em 1938, no sentido de preservar para o Estado a exploração, sob todas as suas formas, dos hidrocarbonados. Norma similar seria adotada, mediante legislação ordinária, no Brasil. No Chile e no Uruguai prevaleceu desde o início a orientação de estatização da indústria. Mesmo na Venezuela a política adotada, nos últimos dois decênios, com exceção de 1956-57, tem sido de não outorgar novas concessões a empresas estrangeiras, estabelecendo-se assim como objetivo o controle da indústria petrolífera pelo Estado. (FURTADO, 1978, p. 221)

O texto mostra as mudanças que o grande capital, principalmente as empresas norte americanas encontraram após a Segunda Guerra Mundial, para dar continuidade a exploração de riquezas na América Latina. Nota-se a partir da citação, que este fato é uma tendência que engloba desde o México até os principais países da América Latina e neste contexto está o Brasil.

Furtado (1978) mostra uma outra evolução dos efeitos pós Segunda Guerra na economia, que é o crescimento das relações financeiras como uma nova forma de exploração de riquezas das empresas norte-americanas:

A segunda linha de evolução diz respeito à utilização crescente de instituições internacionais de crédito como intermediários financeiros dos governos nacionais da região. Entre 1948 e 1971 o Banco Mundial concedeu as empresas privadas ou públicas, como aval dos governos regionais, empréstimos no valor de 5,3 bilhões de dólares. (FURTADO, 1978, p. 220)

Furtado se refere à dependência dos governos latino-americanos de recursos financeiros, para financiar os investimentos necessários e, principalmente em infra-estrutura para a exploração dos recursos naturais e, até mesmo em equipamentos para as indústrias regionais.

O processo de produção de riquezas na América Latina após a Segunda Guerra Mundial surge alimentado pelo capital estrangeiro e, se divide em dois blocos produtivos que caracterizam um novo perfil de exploração econômica contra as regiões Central e Sul da América. De um lado se encontra as indústrias nacionais sufocadas pelas normas internacionais de financiamento e do outro as multinacionais, que passam por uma metamorfose nos modos de explorar as riquezas da América Latina e enviar para suas matrizes, nos países de industrialização desenvolvida.

As indústrias nacionais latinas trazem no seu processo histórico todo um atraso em termos tecnológico e de acúmulos de capital em relação as grandes empresas, principalmente às norte-americanas que instalaram filiais em solos latinos, após a segunda guerra mundial, como mostra Galeano :

Em troca de inversões significantes, as filiais das grandes corporações saltam de um só pulo as barreiras aduaneiras latino-americanas, paradoxalmente levantadas contra a concorrência estrangeira, e se apoderam dos processos internos de industrialização. Exportam fábricas ou, frequentemente, encurralam e devoram as fábricas nacionais já existentes. Contam, para isto, com a ajuda entusiástica da maioria dos governos locais e com a capacidade de extorsão que põem a seu serviço os organismos internacionais de crédito. O capital imperialista captura os mercados por dentro, tornando seus os setores chaves da indústria local: conquista ou constrói as fortalezas decisivas, com as quais dominam o resto. (GALEANO, 1979, p. 224)

O autor refere-se a um novo modo de exploração que deixa de ser aquele do início da inserção dos países latinos no processo industrial, participando apenas com matérias primas na produção de riquezas mundiais explorada pelas multinacionais. Neste processo o grande capital explorador se reestrutura e passa a explorar a partir das instalações de multinacionais em solo nacional dos países da América Latina.

Nesta nova forma de exploração, deve-se destacar um novo perfil de dependência das empresas nacionais, tanto tecnológico como financeiro, fator que acentuou o domínio do mercado interno pelas grandes empresas internacionais, e causou um entrave ao desenvolvimento da empresas latinas, a partir da produção de riquezas que têm uma influência a nível internacional, que exige altos níveis de tecnologia e capital financeiro para serem produzidos.

O fato é que as economias da América Latina recorrem ao mercado de capitais para captar recursos financeiros. O mercado de capitais na verdade é formado por grupos monopolizados que impõe regras internacionais e submetem os países que o recorre a suas

normas e suas taxas a partir de contratos. O Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) é uma instituição que a partir dos anos 1960 monopoliza esse mercado emprestando dinheiro para os países Latino-americanos como mostra Furtado:

O Banco Internacional de Desenvolvimento, começou operar em 1961, ainda mais representativo dessa nova linha evolutiva. Entre 1961 e 1974 o BID concedeu empréstimo no montante de 7,4 bilhões de dólares, dos quais 58 por cento já foram desembolsados. Do valor total do empréstimo, 23 por cento se destinaram à agricultura e 15 a indústria. O Banco vem emitindo obrigações que são colocadas em condições relativamente favoráveis no mercado de capitais dos Estados Unidos e, mais recentemente, na Europa e mesmo nos países Latino-americanos exportadores de petróleo. (1978, p. 220)

O texto mostra o mercado de capitais como uma nova forma de movimentar a economia internacional, os Estados Unidos como um financiador e a inserção de outros países neste mercado.

O domínio do mercado financeiro se torna estratégico para manter os países da América Latina submissos às normas internacionais, numa realidade que o mercado determina a legalidade das ações. Os empréstimos internacionais para países latinos da América eram estabelecidos com juros altos enquanto as empresas multinacionais eram beneficiadas por juros baixos fora das fronteiras nacionais, configura-se nisto as trocas desiguais que desfavorecem as empresas nacionais, como mostra Galeano:

As empresas estrangeiras obtinham empréstimos fora das fronteiras a 7 ou 8%, com um tipo de câmbio especial que o governo garantia em caso de desvalorização do cruzeiro, enquanto as empresas nacionais deviam pagar cerca de 50% de juros para os créditos que arduamente conseguiam dentro de seu país. (1979, p. 237)

Embora o texto traga uma referência específica de algo que ocorreu no Brasil, presume-se que esta era uma prática comum dos grandes grupos internacionais que tinha o aval do Estado e a facilidade de captar recursos via crédito nos mercado de capitais. O Fundo Monetário Internacional (FMI) se destaca como o poder hegemônico do mercado de capitais, impondo regras de mercado e expressa o poder norte-americano neste setor, como observa a citação:

O FMI proporciona empréstimo ou dá a imprescindível luz verde para que outros os proporcionem. Nascido nos Estados Unidos, com sede nos Estados Unidos e a serviço dos Estados Unidos, o fundo opera, de fato, como um inspetor internacional, sem cujo visto o sistema bancário norte-americano

não afrouxa os cordões da bolsa [...], condicionam seus créditos à assinatura e cumprimento das cartas de intenções dos governos ante ao onipotente organismo. (GALEANO, 1979, p. 239)

O texto mostra o poder que o FMI tem em relação às economias subdesenvolvidas e principalmente na América Latina, que é submetida ao monopólio do capital financeiro, que determina normas aos governos nas concessões de empréstimo. A citação expressa o poder que a nova forma de exploração do capital desenvolveu.

A América Latina acumulou uma dívida gigantesca com as instituições financeiras ao longo da história moderna. O acúmulo da dívida sempre foi pago a custos sociais a partir da desestabilização das frágeis economias latino-americanas. Os anos 1980 é um marco deste endividamento como mostra o texto que segue:

O total pendente da dívida de longo prazo dos países em desenvolvimento (de acordo com fontes oficiais e privadas) era de aproximadamente US\$62 bilhões em 1970. Ele cresceu sete vezes no curso dos anos 70, atingindo US\$481 bilhões em 1980. a dívida total (incluindo a de curto prazo) era de mais de US\$2 trilhões em 1996, um aumento de 32 vezes em relação a 1970. (CHOSSUDOVSKY, 1999, P. 37)

Atribuem a este fato, as condições que o FMI e o Banco Mundial submeteram os Governos nacionais às normas de pagamento dos empréstimos. O fato é que as políticas econômicas dos países se tornaram manipuláveis e em função das determinações do poderio norte-americano.

Um dos exemplos destas condições impostas pelo mercado financeiro são as políticas monetárias de desvalorização das moedas locais em relação à moeda internacional, neste caso o dólar, a taxa de câmbio se torna um instrumento manipulável que favorece as ações dos grupos internacionais aumentando seus lucros como mostra Chossudovsky:

A taxa de câmbio é, de longe, o mais importante instrumento de reforma macroeconômica: a desvalorização da moeda (com a unificação da taxa de câmbio e a eliminação dos controles cambiais) afeta as relações fundamentais entre oferta e procura na economia nacional. O FMI tem um papel político-chave nas decisões pertinentes. A taxa de câmbio regula os preços reais pago aos produtores diretos, bem como o valor real dos salários. (1999, P. 47)

Pode-se observar no texto acima implicações que vão atingir diretamente as classes assalariadas, é importante focalizar isto nesta análise, porque as empresas internacionais que operam nos mercados nacionais trabalham a partir de lucros com base na moeda estrangeira, ao passo que os salários são pagos em moedas nacionais, com desvalorização da moeda

nacional os resultados sociais serão expressos na concentração de renda e na pouca participação dos assalariados no recebimento das riquezas produzidas.

A pobreza na América Latina tem sérias ligações com esta análise que foi realizada neste item. Principalmente nas classes trabalhadoras que são atingidas pelas políticas monetárias que quase sempre penaliza o assalariado. Os resultados desta trajetória histórica serão analisados a partir do conceito de pobreza que Salama e Destremau apresentam, para se entender a realidade social latino-americana.

3.3 A pobreza social na América Latina e a herança histórica da exploração capitalista.

Salama e Destremau partem de uma análise crítica entendendo a complexidade do termo riqueza e pobreza a fim de estabelecer uma relação desses termos de acordo a realidade econômica específica a que se refere. Ele vai tomar índices que expressam o cenário da realidade social, levando em conta as diferentes classes que compõe a sociedade em questão. O autor chama atenção para as particularidades da forma de entender a realidade social, que as instituições que estudam a riqueza e a pobreza utilizam, para explicar este assunto, como pode ser observado no texto abaixo:

Os termos “pobres, ricos” são ambíguos, porque se pode ser mais pobre do que outro, sem no entanto sê-lo; e veremos que esta ambigüidade não é neutra, porque recobre diferentes definições, absolutas e relativas, objetivas e subjetivas, da pobreza. (SALAMA; DESTREMAU. 1999, p.23)

De acordo com o texto, para que se faça uma reflexão da riqueza e da pobreza é necessário levar em conta a natureza ambígua dessas palavras, para que as definições sejam feitas de forma específica ao objeto de estudo, e que se considere as limitações dos dados analisados.

Os autores se referem ao método de análise da pobreza relativa, como uma forma de entendimento da realidade social, que serve para complementar os estudos da pobreza. Esta análise define a partir do fluxo monetário uma renda mínima que possibilite a reprodução dos indivíduos. A análise relativa estabelece uma relação, que submete o indivíduo a uma comparação com o outro no âmbito social, de forma que, a sua capacidade de consumir as riquezas oferecidas no mercado se limitam conforme seu rendimento monetário.

Neste sentido, pode-se perceber o indivíduo como pobre em relação ao consumo mais elevado de outros, que tem uma renda maior. Este conceito chama a atenção para a

abordagem da pobreza subjetiva, que segundo Salama e Destremau (1999, p. 52) “[...], a abordagem subjetiva procura definir um patamar de rendimento que permite aos indivíduos não se sentirem pobres, quando a renda nacional aumenta.” Nesta citação, o autor retoma a questão da subjetividade. Isto foi discutido em Marx no primeiro capítulo deste trabalho, em que o setor produtivo gera a produção e a forma de consumo.

Existem formas de consumo que exige além das questões financeiras, um preparo intelectual do consumidor. Um exemplo disto está no mundo atual, em que existem pessoas que ainda não sabem manipular um computador, ou um forno de microondas e até mesmo ler um livro, ou seja, são os excluídos dos avanços que ocorrem proporcionados pelas inovações modernas. Com o crescimento da economia, é preciso que o assalariado tenha condições objetivas, melhor renda, e subjetiva, intelectuais, para consumir, de forma que, o acesso a novos bens expresse em todos os sentidos um novo patamar da riqueza social e bem estar.

Para Salama e Destremau (1999, p. 51) “Se o rendimento é muito baixo relativamente, o indivíduo sofre frustrações de não poder conquistar uma série de bens que outros adquirem”. Esta citação os autores retomam aquilo que foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho, em que a riqueza e a pobreza são analisadas pelos Clássicos e Marx, em função da capacidade de consumo. Com base nesta análise, cria-se uma linha de rendimentos que estabelece uma cesta de bens necessários para sobrevivência do homem, dessa forma, define-se o nível de pobreza das famílias com uma linha denominada linha de indigência (SALAMA; DESTREMAU. 1999).

Para Salama e Destremau (1999, p. 51) “A pobreza absoluta seria aquela com a qual qualquer indivíduo ou grupo familiar viveria se não possuísse renda para se reproduzir”. Para os autores essa definição inclui as famílias que se encontram abaixo da linha da indigência.

Salama e Destremau (1999) estudam a pobreza a partir da variedade de instrumentos que são usados pelas principais instituições que se preocupam em entender as desigualdades sociais e as suas causas, neste contexto são levados em consideração elementos que caracterizam situações de deficiências na qualidade de vida humana. São tomados índices que expressam o cenário da realidade social a exemplo da concentração de renda que na maioria das vezes são os pontos principais de análise da pobreza nos países. Dentro dessa complexidade em entender a pobreza na sociedade, procura-se estabelecer uma relação desses termos de acordo com a realidade econômica, como segue no texto abaixo:

Não deixa de ser menos significativo que exista uma relação, diferente segundo o nível de renda médio de um país, entre o grau de desigualdade elevado e a dimensão da pobreza. Num país caracterizado por renda média reduzida e um grau de desigualdade elevado, a probabilidade de que a pobreza seja extensa é grande, enquanto num outro país, que tenha uma renda média mais elevada, esse perfil de desigualdades não significa que a pobreza seja grande, [...] (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p.23).

Os autores chamam a atenção para o lado da complexidade que existe em estabelecer conclusões a respeito da pobreza a partir de elementos que são utilizados por instituições que interpretam os níveis de pobreza social, usando instrumentos e variáveis que identificam as desigualdades sociais a partir dos rendimentos. Todavia, o texto chama a atenção para as rendas médias reduzidas e o grau de desigualdade. Esta é uma característica dos países da América Latina nos tempos contemporâneos que possui um alto nível de pobreza, como mostra o texto:

“[...] A América Latina é a região do Planeta onde existem as maiores desigualdades e onde os mais ricos recebem uma maior proporção da renda. Segundo o BID, 5% da população recebem 25% do total nacional. Por outro lado, os 30% mais pobres recebem 7,5% da renda total. Mais ainda, apesar de ter um PIB per capita intermediário, a América Latina apresenta a maior porcentagem de renda para os 5% mais ricos a menor porcentagem de renda para os 30% mais pobres entre todas as regiões do planeta” (ESTENSSORO, apud NETTO, 2007, p. 141)

Observa-se o grau de desigualdade de renda na América Latina como uma prova da pobreza social. O fluxo de renda é apropriado por um pequeno grupo, ao passo que a grande maioria reparte pouco mais de 7% de toda a riqueza produzida, ou dos fluxos que são contabilizados no PIB.

Salama e Dstremau, (1999) mostram uma contradição que existe entre crescimento econômico e a distribuição da riqueza, de forma que, o crescimento econômico resolva as questões da pobreza social, sem levar em conta elementos que impedem a mobilidade social, via distribuição de renda, causando na sociedade mudanças expressivas na vida dos grupos sociais, é o que podemos observar na citação abaixo:

Além do que se pode observar na evolução das distribuições de renda, nestes últimos quinze anos, pelas maiores desigualdades, tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles que, mesmo não sendo, são considerados semi-industrializados [...], simples cálculos aritméticos possibilitam que se conteste a pertinência desse raciocínio e legitimam a necessidade de uma redistribuição de renda (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p.43).

Os autores de forma direta defendem a distribuição de renda como ponto fundamental para se reduzir às desigualdades. A desigualdade social como foi citada acima nem sempre representa em termos gerais um nível de pobreza atingindo de forma igual às pessoas nos países. Todavia, o que os autores mostram é que tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos somente o crescimento econômico não é suficiente para resolver os problemas de desigualdades sociais, para Salama e Destremau, (1999) “ seria preciso esperar 64 anos no México, com uma taxa de crescimento médio de 3% ao ano, supondo que os benefícios não tivesse alterado a distribuição dos rendimentos.” Ou seja, é necessário que ocorra uma distribuição da renda gerada por esta riqueza em proporções que provoque mudanças na vida da população de baixa renda.

Dessa forma, os autores mostram que existe uma limitação no uso do crescimento econômico como meio de resolver questões de desigualdade social. Salama e Destremau (1999, p. 43) apresentam um discurso da distribuição das riquezas produzidas em termos de promover uma mobilidade social efetiva das classes menos favorecidas.

O discurso da riqueza e da pobreza avançou nos tempos contemporâneos, possibilitando uma oportunidade de conhecimento dos efeitos econômicos na sociedade a partir também de uma interpretação multidimensional e crítica dos elementos da realidade social. , associa a qualidade de vida humana como um reflexo da produção e distribuição da riqueza, neste sentido os conceitos de qualidade de vida ganham melhores definições com a visão do PNUD como mostra o a citação:

As abordagem multidimensionais (com a visão do PNUD) no plano das satisfação das necessidades essenciais, fundamentais ou básicas, porém extensivas à saúde, à educação, à água e ao saneamento, medem o nível dessa satisfação pela renda individual e, ao mesmo tempo, pelos recursos coletivos, tentando levar em conta o conjunto das condições existenciais, e caracterizar como acúmulo de desvantagens ou “privações” sofridas e vividas em diferentes planos da vida cotidiana e social por indivíduos ou grupos familiares. (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p.43)

O texto mostra um conjunto de fatores que são levados em conta pelo PNUD para medir a pobreza nos países. Esse método chama a atenção para os resultados históricos que submeteram as populações pobres da América Latina a um extremo nível de pobreza quando analisada a partir destes parâmetros por Netto no trecho que segue:

Quaisquer que sejam, porém, os indicadores utilizados, assinala-se a pobreza como constitutiva das sociedades Latino-americana. Se, em 1987, o Banco Mundial contava na América Latina setenta milhões de pobres e cinquenta

milhões de indigentes [...], em 1996 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD estimava que, em meados dos anos 90 do século passado, na América Latina viviam 110 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. [...] (2007, p. 141)

Os resultados históricos da realidade social latino-americano expressam a pobreza em todos os sentidos que foram abordados neste trabalho, a citação revela duas formas de análises, uma análise do fluxo de renda que é realizada pelo Banco Mundial, e pelo PNUD que inclui elementos subjetivos que não podem ser analisados somente por uma dimensão de mercado.

Cada vez mais tem se agravado as desigualdades sociais e da pobreza na América Latina, já no século XXI o PNUD apresenta dados que configuram uma grande herança histórica das relações produtivas que se deu de forma negativa para os descendentes, dos explorados do início da inserção de riquezas, como se pode ver no seguinte trecho:

O cenário latino-americano inscreve-se num contexto mais amplo. Relatando, em 2001, a situação dos chamados “países em desenvolvimento”, o PNUD relacionava: 968 milhões de pessoas sem acesso a serviços de água potável, 2,4 bilhões sem acesso a saneamento básico, 854 milhões de adultos analfabetos, 325 milhões de crianças fora da escola, 163 milhões de crianças subnutridas (NETTO, 2007, p. 141)

Os resultados sociais das condições de vida das populações latino-americana são proporcionados por um acúmulo de fatores que desfavorecem as classes dos desapropriados dos meios de produção. O contexto histórico revela as raízes destes resultados que se sustentaram na exploração do homem pelo homem que pouco se difere do período colonial, a não ser levando em conta características própria de cada modo produtivo. Na verdade o modo de produção capitalista na América Latina submeteu os povos desta parte do continente americano a uma espécie de submissão que mascarava os tradicionais modos de escravidão a partir de fundamentos de exploração ideológica.

Observa-se que os habitantes da América Latina assumem no século XX e XXI em que se desenvolve o capitalismo, as características do camponês inglês, desapropriado dos meios de produção. Aqui os Estados Unidos assume o papel de patrão que impõe suas regras e submete seus empregados às normas de um mercado que é manipulado.

Mais uma vez os pobres sustentam a riqueza de seus patrões e o que lhe resta são os argumentos de mercado e o consolo de uma pequena renda para a subsistência, quando tem. Todavia, o estudo que se preocupa das questões sociais revelam estas distorções e aponta

tanto os resultados, como as saídas num plano teórico. Ainda assim se perpetua a miséria e a pobreza numa realidade humana que não fica obscura nos termos científicos. Este é um dos grandes benefícios que a análise crítica, que se preocupa em estudar a riqueza e a pobreza no modo de produção capitalista traz, quando associa os resultados destes fatores sociais, para apontar as responsabilidades da realidade social, que é fruto de ideologias que se manifestam de forma concreta na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso teórico que trata do tema riqueza e pobreza no capitalismo, expressa a complexidade deste assunto esclarecendo as relações entre esses elementos sociais e apresenta conceitos característicos relativo a este tema neste modo de produção. Entende-se tanto a riqueza como a pobreza a partir dos resultados da dinâmica produtiva sob a lógica do capital.

A princípio a realidade produtiva é identificada como um processo histórico que de desenvolve movido pela racionalidade humana. Define-se então a razão dos resultados históricos que explicam a riqueza. Isso se torna um ponto de partida para a construção de um conjunto de conhecimentos que se desenvolve ao longo do tempo.

A riqueza se torna o objetivo central em que se movimentam as ações humanas. Em função disso o conhecimento teórico se direciona na busca de entendê-la ao passo que é instigado pela realidade. Neste contexto, a pobreza se apresenta oposta a riqueza ao mesmo tempo em que elas estão relacionadas.

Percebe-se nos primeiros autores estudados nesta pesquisa, Smith e Ricardo, um desempenho mais apurado pra explicar à riqueza, identificando variáveis relevantes, como o trabalho, a natureza, o consumo, o valor, o salário, a tecnologia etc. Todavia, a pobreza é entendida como uma simples distorção das forças de mercado, oferta e demanda. Neste sentido, define-se a pobreza de forma superficial no plano teórico.

Com a evolução histórica da realidade produtiva o discurso a respeito da riqueza e da pobreza manifesta um desenvolvimento a partir de Marx, que estabelece uma relação destes resultados sociais ao contexto histórico. O trabalho de Marx retoma o processo histórico de formação do capitalismo e a partir deste ponto apresenta um estudo aprofundado das variáveis que elucida as principais causas relativas à riqueza e a pobreza no âmbito social.

O primeiro capítulo esclarece pontos importante na relação riqueza e pobreza e do movimentos inverso que ocorre na sociedade a medida, que se desenvolve o capitalismo. Neste contexto um dos pontos que considera uma das causas que contribuiu com a pobreza, de fato foi a diminuição da necessidade da força de trabalho na produção, com os avanços tecnológicos.

A dinâmica do uso do dinheiro no mercado é uma importante referência da evolução do capitalismo. Neste aspecto, a identidade monetária da riqueza se manifesta no mercado,

como o centro dos desejos capitalistas. A medida da riqueza e da pobreza quantificada a partir de elementos monetários, entra no período contemporâneo como um avanço desse discurso que se desenvolveu desde os clássicos até Marx.

Com o crescimento da influência do Estado na economia, os autores contemporâneos, bebendo nas fontes dos conhecimentos que os antecederam, passam a observar os efeitos das distorções entre a riqueza financeira e o setor industrial relacionadas ao *laissez faire*. Fato que desperta um novo período ideológico que exige a mão estatal nas imperfeições do mercado, a partir das teorias Keynesianas. Estas duas formas ideológicas se manifestam no cenário norte-americano, tanto na realidade produtiva, como no discurso teórico. Destacam-se neste período estudos relativos à riqueza e a pobreza nos Estados Unidos, e o desempenho dos autores desta época, em expressar o processo de produção da riqueza, numa defesa ao capitalismo, preocupados em influenciar ideologicamente a realidade produtiva. E na América Latina uma refutação à exploração imperialista do capitalismo comentada por Michel Chossudovsky, Celso Furtado, Eduardo Galeano, José Paulo Netto.

O acúmulo da riqueza que se expressa no potencial tecnológico das grandes companhias que dominam o mercado mundial, é a base de sustentação do poderio dos Estados Unidos. O contexto social, norte-americano é definido pelas principais instituições que definem os padrões de riqueza e pobreza neste país como desenvolvido.

Na América Latina, revela-se o lado oposto da riqueza, atribui-se este resultado à forma de inserção no capitalismo, desta parte do continente americano, sob o estigma da exploração imperialista do capital. Mais uma vez, percebe-se a pobreza a partir da riqueza, quando comparadas às formas produtivas da América latina e da América do Norte, e as formas de apropriação das riquezas.

Os autores norte-americanos reproduziram teoricamente a realidade produtiva, expressando o poder de gerar riquezas a partir de fatores tecnológicos desenvolvidos, que faziam parte de sua realidade. Na América latina o discurso é mobilizado pelo vasto panorama de pobreza, que é resultado das formas produtivas que foram submetidas a sua economia na lógica de um mercado dominado pela estrutura monopolizadora do capital, concretizada nas multinacionais.

A riqueza e a pobreza são entendidas através de uma percepção multidimensional, isso acontece a partir da evolução deste tema, que ao longo do período histórico capitalista se

tornou uma problemática a ser esclarecida. Ao entender a riqueza e a pobreza de forma relativa e subjetiva, o discurso teórico contribui de forma precisa no entendimento deste assunto, que influenciou a realidade social e se oficializou a partir de instituições modernas, como a CNUCED e o PNUD que desenvolvem pesquisas, com o objetivo de explicar e influenciar nas políticas públicas dos governos contemporâneos, nas decisões que combatem a pobreza e as desigualdades sociais, apontando deficiências sociais como a concentração da renda e o Índice de Desenvolvimento Humano.

Por outro lado houve também conhecimentos teóricos que contribuíram para o alastramento da pobreza e das desigualdades a partir da construção de modelos produtivos ou especulativos, que defenderam a exploração e a manipulação das variáveis capitalista para o benefício de uma classe.

Com isto, esta pesquisa confirma que a análise teórica que se origina da realidade, desenvolve estudos que esclarecem as distorções relativas a riqueza e a pobreza no capitalismo, seja diretamente ou indiretamente. E a principal influência dos estudos teóricos, realizado por estes autores aqui reunidos, no âmbito social, comprova-se na evolução histórica, que apresenta reflexões de autores a respeito da realidade e o desenvolvimento desses pensamentos ao longo do tempo, subsidiando a realização de novas análises.

REFERÊNCIAS

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da Pobreza.** Impactos do FMI e do Banco Mundial: São Paulo-SP : Moderna LTDA, 1999.

DOBB, Maurice. **A evolução do Capitalismo.** São Paulo: 3ª ed. Nova Cultural, 1998. (Coleção Os Economistas).

FURTADO, Celso. **A Economia Latino americana:** 2ª ed. São Paulo - SP: Companhia Editora Nacional, 1978.

GALBRAITH, John Kenneth. **O Novo Estado Industrial.** São Paulo: Abril Cultural 1982. (Coleção Os Economistas).

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina:** 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 Vol. 12.

KEYNES, John Maynard. **Inflação e Deflação.** São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Coleção Os Pensadores).

MARSHAL, Alfred. **Princípios de Economia:** Tratado Introdutório: São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Livro I vol. I.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã:** Feuerbach – A oposição Entre as Concepções Materialista e Idealista. São Paulo: Martin Claret Ltda, 2006 (Coleção Obra-Prima de Cada Autor).

MARX, Karl. **Para crítica da economia política:** Salário, preço e lucro: O rendimento e suas Fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital. 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Livro I vol. 2.

NETTO, José Paulo. **Serviço Social na América Latina:** Rio de Janeiro: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. 1 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção os Economistas).

SALAMA.P.;DESTREMAU.B. **O tamanho da pobreza**: Economia Política da Distribuição de Renda. Rio de Janeiro: Garamond LTDA, 1999

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**: Investigação sobre sua natureza e Suas Causas. São Paulo: Nova Cultural,1996. (Coleção Os Economistas).